

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento Interdisciplinar
Campus Litoral
Licenciatura em Geografia

Andréia Cunegatto Palmeira

**AGENTES ATUANTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO
DE SANTA ROSA/RS**

Tramandaí
2023

Andréia Cunegatto Palmeira

**AGENTES ATUANTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO
DE SANTA ROSA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em
Geografia pelo Campus Litoral Norte da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Baldraia

Tramandaí

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Palmeira, Andréia Cunegatto
Agentes atuantes na produção do espaço urbano do
município de Santa Rosa/RS / Andréia Cunegatto
Palmeira. -- 2023.
81 f.
Orientador: André Baldraia.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Geografia, Tramandaí,
BR-RS, 2023.

1. Geografia. 2. Geografia Urbana. 3. Santa Rosa.
4. Espaço Urbano. I. Baldraia, André, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Andréia Cunegatto Palmeira

AGENTES ATUANTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA/RS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em
Geografia pelo Campus Litoral Norte da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Baldraia

Aprovada em: Tramandaí, 18 de Janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza - UFRGS

Prof. Dr. Lucimar de Fátima dos Santos Vieira - UFRGS

Prof. Dr. Marlise Amália Reinehr Dal Forno - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente expresso minha gratidão por ter sido conduzida a retornar e vir morar novamente na cidade de Santa Rosa, isto depois de aproximadamente vinte anos. Este fato foi o ponto de partida para conhecer novas pessoas que se tornaram amigos, pois receberam a mim e minha família aqui nesta cidade com muito carinho num momento de grandes desafios.

As novas amizades foram percebendo meu potencial e desejo em retomar os estudos e de conseguir uma graduação de nível superior, especialmente se fosse para cursar geografia, então surgiu a oportunidade e aqui estou finalizando meu curso depois de aprender tantas coisas que desconhecia.

Sei que o universo do conhecimento é infinito, mas uma parcela ínfima dele eu consegui obter através de todos os professores que tive contato, por isso demonstro meu respeito, admiração e gratidão por esses mestres do ensino.

Agradeço com muito carinho por cada membro de minha família, seria difícil citar como cada um contribuiu para que eu pudesse chegar até este momento empolgante da realização de um sonho. Seriam necessárias milhões de palavras para descrever os gestos de amor, compreensão, atenção, carinho e generosidade que minha família maravilhosa sempre teve e tem comigo, agradeço por existirem na minha vida e me darem apoio e forças para nunca desistir e sempre seguir firme na minha batalha para a conquista de um diploma universitário.

Registro o valor inestimável que sinto em poder estudar numa universidade conceituada e que proporciona tantas oportunidades de crescimento, mais uma vez minha gratidão por todos os docentes que me acompanharam na minha trajetória na UFRGS.

Não posso deixar de comentar sobre meus colegas de curso, são todos valorosos, trabalhadores, esforçados e que admiro muito, citar nomes seria injusto caso esquecesse alguém, mas tenho todos no meu coração e desejo manter a amizade para sempre, meu muito obrigado por cada gesto e expressão de gentileza e carinho, especialmente nas saídas de campo onde tinham as ladeiras íngremes e outras intempéries.

Sem esquecer, claro, do meu orientador, o professor André Baldraia que sempre foi muito gentil e acreditou que eu poderia fazer e finalizar este trabalho de conclusão de curso, portanto agradeço por sua paciência.

“(...) o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” CORRÊA (1989, p.8).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a produção e as transformações que ocorreram no espaço urbano do município de Santa Rosa, situado na região noroeste do Rio Grande do Sul, especialmente com um olhar para o período pós-emancipação. Ao observar a área urbana questionam-se quais os possíveis fatores que determinaram e contribuíram para o processo de produção e expansão do espaço urbano do município. Para tanto, supõe-se o estabelecimento de indústrias e comércios que geraram postos de trabalho e alavancaram a economia local. A análise realiza-se a partir da apropriação bibliográfica acerca dos agentes sociais e de metodologias oriundas da geografia, utiliza-se de imagens históricas como uma das ferramentas para comparar e identificar marcadores que demarcam a expansão urbana do município de Santa Rosa e quais os agentes econômicos que foram protagonistas atuantes e expressivos na produção dos espaços urbanos. Constatase a atuação predominante de dois agentes, o Estado e os proprietários de produção como determinantes na produção do espaço urbano do município de Santa Rosa, visto que estes agentes refletiram maior impacto na economia do município.

Palavras-chave: Santa Rosa; espaço urbano; expansão urbana; agentes econômicos.

ABSTRACT

This research aims to analyze the production and transformations that occurred in the urban space of the municipality of Santa Rosa, located in the northwest region of Rio Grande do Sul, especially with a look at the post-emancipation period. Observing the urban area, the possible factors that determined and contributed to the process of production and expansion of the city's urban space are questioned. For that, it is supposed to establish industries and businesses that generate jobs and leverage the local economy. The analysis is carried out from the bibliographical appropriation about the social agents and methodologies derived from geography, historical images are used as one of the tools to compare and identify markers that demarcate the urban expansion of the municipality of Santa Rosa and which agents economic actors that were active and expressive protagonists in the production of urban spaces. Two agents predominate, the State and the production owners, as determinants in the production of urban space in the municipality of Santa Rosa, as these agents have a greater impact on the municipality's economy.

Keywords: Santa Rosa; urban space; urban expansion; economic agents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Santa Rosa/RS	16
Figura 2 – Mapa da Área Rural e Perímetro Urbano de Santa Rosa.....	17
Figura 3 – Primeiras estruturas no povoado 14 de julho de 1912.	32
Figura 4 – Pioneiro Edmundo Pilz e sua família construindo a sua residência na localidade 14 de Julho, em 1913.....	32
Figura 5 – Formação do povoado 14 de Julho.	33
Figura 6 – Representação da expansão do povoado 14 de Julho projetado sobre mapa atual.....	34
Figura 7 – Mapa Antigo da Colônia Mista Santa Rosa.	34
Figura 8 – Foto antiga do Escritório da Comissão de Terras e Colonização.	35
Figura 9 – Prédio da Comissão de Terras e Colonização atualmente.....	36
Figura 10 – Avenida Borges de Medeiros na sede da Colônia Santa Rosa.	37
Figura 11 – Trecho da Av. Borges de Medeiros da cidade de Santa Rosa atualmente.....	37
Figura 12 – Foto aérea de Santa Rosa na década de 1940.....	38
Figura 13 – Praça da Independência e a formação urbana do espaço atualmente. .	39
Figura 14 – Localização do Ramal ferroviário de Cruzeiro e da Estação de Santa Rosa.....	43
Figura 15 – Foto Antiga do Ramal Ferroviário no Bairro Cruzeiro.....	44
Figura 16 – Estação Ferroviária Esquina Cruzeiro atualmente.	44
Figura 17 – Estação Ferroviária de Santa Rosa.....	45
Figura 18 – Estação Ferroviária de Santa Rosa.....	45
Figura 19 – Mapa antigo da Colônia Santa Rosa	47
Figura 20 – Mapa com a distância da Praça da Independência até a Cascata Santa Rosa onde foi projetada a construção.....	47
Figura 21 – Inauguração do novo Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa no ano de 1946.	49
Figura 22 – Prédio da Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira em 1963.	50
Figura 23 – Prédios de porte baixo na Av. Rio Branco, próximo ao Prédio da Antiga Prefeitura.....	50
Figura 24 – Prédios antigos e contemporâneos nas proximidades da Praça da Bandeira.....	51

Figura 25 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal de Santa Rosa atualmente e seu entorno.	51
Figura 26 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal – Centro Cultural Prof. Fioravante Pedrazani.	52
Figura 27 – 19º Regimento – Quartel e Vila Militar em Santa Rosa.	53
Figura 28 – Quartel da cidade de Santa Rosa logo que foi construído.	54
Figura 29 – 19º Regimento de Santa Rosa com prédios antigos ao fundo.	54
Figura 30 – A exploração madeireira na Colônia Santa Rosa, no início do século XX.	57
Figura 31 – Instalações do primeiro Frigorífico em Santa Rosa, o Frigorosa.	60
Figura 32 – Instalações do Frigorífico Prenda, aproximadamente 1986.....	60
Figura 33 – Lote das Instalações do primeiro Frigorífico (Atualmente ALIBEM).	61
Figura 34 – Instalações do Frigorífico (atualmente ALIBEM).	61
Figura 35 – Localização do Frigorífico próximo a via de acesso.	62
Figura 36 – Vila Jardim Petrópolis próxima do frigorífico.....	63
Figura 37 – Localização da Vila Jardim, próxima ao Frigorífico no município de Santa Rosa.....	64
Figura 38 – Fábrica de Laticínios Mayer em 1970.....	65
Figura 39 – Localização da Fábrica de Laticínios na borda norte da área central....	66
Figura 40 – Fábrica de Laticínios atualmente Lactalis.....	66
Figura 41 – Fábrica de Laticínios no município de Santa Rosa.....	67
Figura 42 – Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais – IGOL.....	69
Figura 43 – Indústria do Grupo Olvebra.	69
Figura 44 – Grupo Camera S.A.	70
Figura 45 – Primeira Indústria de Fabricação de Colheitadeiras em Santa Rosa. ...	71
Figura 46 – Fabricação de Colheitadeiras (AGCO) atualmente em Santa Rosa.....	71
Figura 47 – Localização da Indústria AGCO no município de Santa Rosa.....	72
Figura 48 – Indústria AGCO no município de Santa Rosa.	72
Figura 49 – Bairro Cruzeiro e Distritos e Áreas industriais.	76
Figura 50 – Localização do Bairro Cruzeiro.....	76
Figura 51 – Expansão do Bairro Cruzeiro em duas décadas.	77

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
SUMÁRIO	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 LOCALIZAÇÃO	16
4 APONTAMENTOS SOBRE A NOÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ALGUNS PRINCÍPIOS CONCEITUAIS DE GEOGRAFIA HISTÓRICA.	18
5 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO NOROESTE.	28
5.1 O ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.	31
6 RECONHECIMENTO DOS AGENTES ATUANTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.	40
6.1 O ESTADO: agente essencial na produção do espaço urbano.....	41
6.2 OS PROPRIETÁRIOS DOS MEIOS DE PRODUÇÃO: agente expressivo na produção do espaço urbano.....	56
6.2.1 Indústria Frigorífica	60
6.2.2 Indústria de Laticínios	65
6.2.3 Indústria de beneficiamento da soja.....	67
6.2.4 Indústria de implementos agrícolas.....	70
6.3 O PROPRIETÁRIO FUNDIÁRIO: agente determinante na produção do espaço urbano.	73
6.4 OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS: AGENTE PARTICIPATIVO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
8 BIBLIOGRAFIA	80

1 INTRODUÇÃO

O município de Santa Rosa localiza-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo que o município possui área total de 489,380km² (IBGE, 2017) onde a área urbana é de 67,84km² e a área rural é de 421,54km² (Plano Diretor de Santa Rosa/RS). De acordo com a estimativa do IBGE, Santa Rosa possui atualmente 73.882 habitantes (setenta e três mil oitocentos e oitenta e dois habitantes).

Pela perspectiva e diante do crescimento gradativo da população, surge o interesse em verificar a produção e as transformações que já ocorreram no espaço urbano do município de Santa Rosa, isto, com o **objetivo geral, de investigar os principais agentes econômicos responsáveis pela produção do espaço urbano que ocorreu nos primórdios da formação do município na área delimitada como perímetro urbano da cidade de Santa Rosa, ou seja, quais fatores impulsionaram e contribuíram para a expansão das áreas urbanizadas no município de Santa Rosa?**

Ao analisar o processo de transformação urbana no município de Santa Rosa supõe-se que esta produção dos espaços tenha ocorrido devido à ampliação da economia, através do estabelecimento de novas indústrias e comércios. Portanto, **é proposto verificar se há uma relação entre o surgimento e a instalação de empresas e o crescimento urbano do município de Santa Rosa.** Para esta verificação decidiu-se primeiramente discutir a produção do espaço urbano do município baseada na conceituação elaborada por Roberto Lobato Corrêa em diálogo com as informações obtidas na obra de Teresa Christensen.

No desenvolvimento do trabalho apresenta-se primeiramente um levantamento acerca do conceito de espaço urbano e de como ele é transformado através de agentes sociais. Tal compreensão se faz necessária para analisar os demais conteúdos do trabalho e relacioná-los ao estudo da produção do espaço urbano do município de Santa Rosa.

Os autores utilizados para a explanação teórica como Corrêa (1989), Santos (2006), Carlos (1992), Silverol, Gois e Dantas (2019), Abreu (2010) e Alves (2016), são reconhecidos por suas abordagens relacionadas à produção do espaço urbano e a analisam geograficamente. Dentre as colocações dos autores há explicações

sobre o surgimento do termo cidade que se dá a partir da divisão de áreas com suas devidas funções. Contextualizam-se as relações articuladas de fragmentação dos espaços, onde, nestes manifestam-se com menor visibilidade o poder econômico mantido pela existência do capitalismo. A partir da estruturação de uma cidade capitalista se reconhecem agentes sociais que agem no espaço urbano com interesses e estratégias, tais ações deixam seu registro no passado e no presente de um espaço.

Após conceituar a produção do espaço urbano por meio da explanação teórica, propõe-se no segundo capítulo uma breve descrição da formação do território na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, região onde se localiza o município de Santa Rosa. Para comentar o processo de formação e urbanização da região noroeste apropriou-se de discussões apresentadas por Strohaecker (2012), seguido de comentários de um apanhado histórico construído na obra de Christensen (2008), onde é verificado o surgimento do município, ou seja, como teve início a produção do espaço urbano de Santa Rosa.

Por fim, no terceiro capítulo apresentam-se os agentes sociais que Corrêa (1989) descreve como motivadores da produção do espaço urbano, somando-se a isso se realiza a análise das descrições históricas de Christensen (2008) com relação ao município de Santa Rosa, pontuando momentos específicos e fazendo a associação das características históricas com os agentes. Para isto será conduzido um relato com embasamento teórico sobre o estabelecimento de empresas que fomentam o capitalismo, como agentes da produção do espaço urbano. Apresentam-se na sequência informações obtidas na obra da autora Christensen (2008) sobre as primeiras indústrias instaladas no município com a visualização de mapas.

Os casos analisados de maneira pontual correspondem à chegada da via férrea com o primeiro Ramal Ferroviário em Cruzeiro e das Serrarias; do estabelecimento do 1º Regimento de Cavalaria Transportado (1º RCT); da construção do primeiro Frigorífico; da formação da indústria de Laticínios; da instalação da indústria de beneficiamento da soja e da criação da fábrica de implementos agrícolas.

As discussões de associação da história com alguns agentes sociais produtores do espaço urbano caracteriza um estudo da geografia histórica urbana, pois tem como finalidade verificar através da pesquisa a transformação da paisagem e de como o espaço urbano vai sendo produzido.

Nas considerações finais da pesquisa após analisar as mudanças e comparar os períodos, salienta-se o que foi alterado e julga-se se essas mudanças foram positivas ou negativas para assim concluir se os supostos agentes motivadores da produção do espaço urbano são os fatores impulsionadores que contribuíram para a expansão das áreas urbanizadas no município de Santa Rosa.

2 METODOLOGIA

Para esta pesquisa realizou-se primeiramente um levantamento bibliográfico junto aos periódicos brasileiros que publicam artigos relacionados à geografia urbana. O apanhado de dados iniciou-se mediante uma busca por artigos que tinham como palavras-chave, em diferentes combinações: produção do espaço urbano, expansão urbana, urbanização e desenvolvimento urbano. Após a seleção do acervo de trabalhos das respectivas áreas de interesse para esse estudo, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para identificar as aproximações do estudo em questão. Quando necessário realizou-se a leitura integral dos artigos para identificar se eles apresentavam debates ou sugestões com relação à produção ou expansão do espaço urbano. Através desse apanhado, obtiveram-se bibliografias para corroborar na construção descritiva e exploratória da pesquisa, tendo como base uma pesquisa com abordagem qualitativa descritiva com apresentação e de imagens para comparação.

Na elaboração do trabalho realizou-se, em especial, a análise bibliográfica das obras de Corrêa (1989) e de Christensen (2008) correlacionando as propostas de ambos os autores para identificar alguns dos fatores que impulsionaram e contribuíram para a produção e expansão das áreas urbanizadas no município de Santa Rosa.

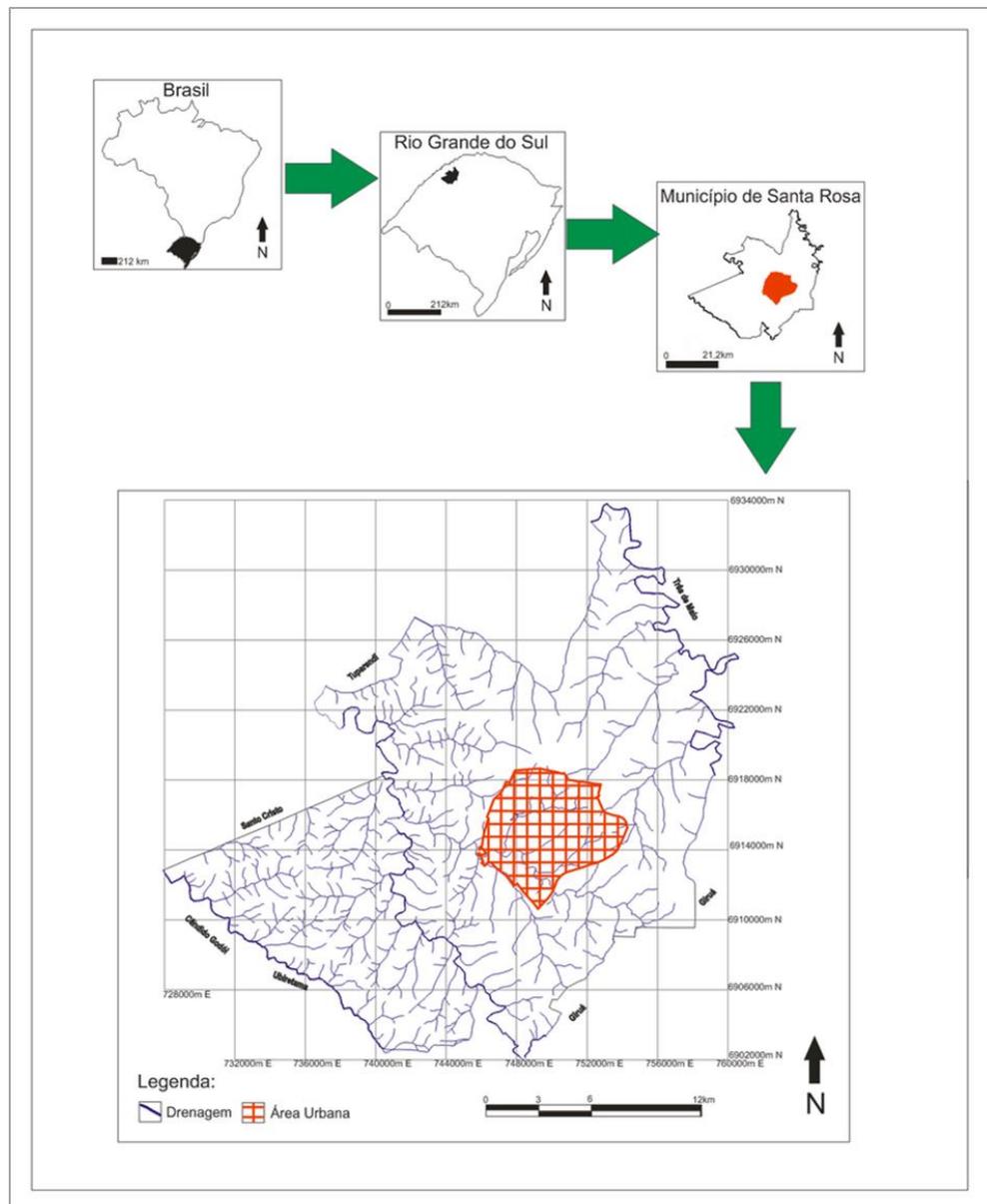
O trabalho se desenvolve amparado nas perspectivas da geografia histórica e da geografia urbana, com ênfase na econômica, pensando como os principais agentes econômicos moldaram e contribuíram para a expansão do espaço urbano do município de Santa Rosa, ou seja, um binômio: atividade econômica e produção do espaço urbano.

Para a análise de recortes históricos foi também necessário realizar um levantamento de imagens antigas, muitas delas obtidas em livros e páginas da web que disponibilizam registros fotográficos em exposição no museu do município de Santa Rosa. Portanto, utiliza-se de uma estratégia de comparação e descrição das imagens antigas com o presente, tal estratégia é uma ferramenta com a perspectiva metodológica de mostrar as transformações do espaço urbano do município de Santa Rosa.

3 LOCALIZAÇÃO

Para fins de localização do município de Santa Rosa, seguem dois mapas, sendo que o primeiro mapa (figura 1) representa a localização geral do município de Santa Rosa no território brasileiro, já o segundo mapa (figura 2) representa os limites da área rural e o perímetro urbano já com a alteração de ampliação mencionada na lei complementar nº 148, de 08 de dezembro de 2020 que consta no Plano Diretor do município de Santa Rosa.

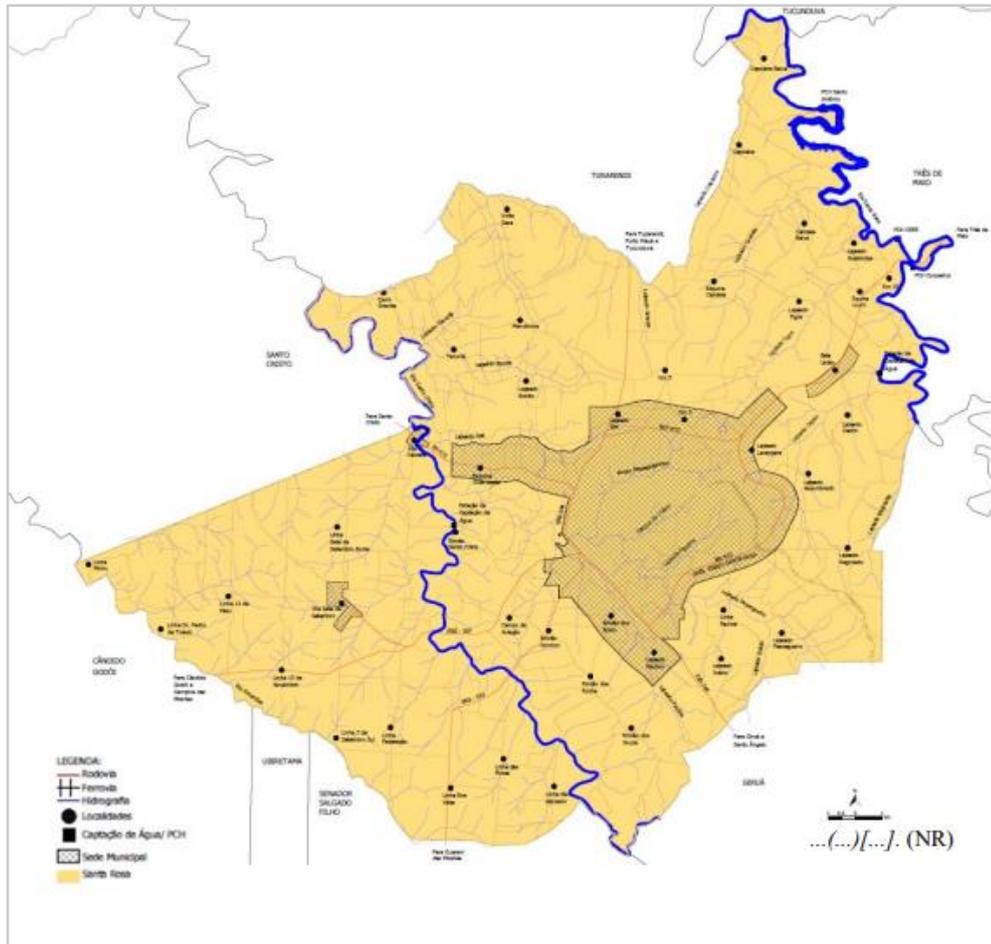
Figura 1 – Mapa de localização do município de Santa Rosa/RS



Fonte: Plano Diretor Municipal, 2006.

No segundo mapa (figura 2) também estão representadas a Vila Sete de Setembro, a Vila Cascata e a Vila Bela União.

Figura 2 – Mapa da Área Rural e Perímetro Urbano de Santa Rosa



Fonte: Plano Diretor da Prefeitura de Santa Rosa, 2020.

4 APONTAMENTOS SOBRE A NOÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ALGUNS PRINCÍPIOS CONCEITUAIS DE GEOGRAFIA HISTÓRICA.

Antes de adentrar, na discussão sobre a produção do espaço urbano do município de Santa Rosa, é oportuno apresentar uma explanação teórica sobre a produção do espaço urbano, isto, com base nas teorias provenientes de autores como Corrêa (1989), Santos (2006), Carlos (1992), Silverol, Gois e Dantas (2019), reconhecidos nas suas abordagens com relação à produção do espaço urbano. Portanto, propõe-se uma análise com olhar geográfico, onde o autor Corrêa (1989, p.7) ao descrever o espaço urbano afirma que há “diferentes usos da terra” e que:

“Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.” (CORRÊA, 1989, p.7).

Na descrição de Corrêa (1989) é possível visualizar uma porção de terra (lugar) onde se apresenta uma divisão de áreas com suas devidas funções, ou seja, a organização do espaço urbano. Esse autor descreve o espaço urbano como fragmentado e que se articula de forma síncrona, onde “cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais”, na sequência Corrêa enfatiza que:

“Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques.” (CORRÊA, 1989, p.7).

As manifestações de relações, mencionadas por Corrêa, sugerem a vivência de pessoas em áreas urbanas, em espaços já estabelecidos como cidades. Para compreensão do termo “cidade” coloca-se a narrativa da autora Ana Fani A. Carlos:

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de formação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de

determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. (CARLOS, 1992, p. 45).

De acordo com a narrativa de Carlos (1992) a cidade é resultado da construção humana, social e concreta, através da formação de um determinado lugar com o objetivo de suprir suas necessidades de sobrevivência. A formação é definida por Carlos (1992. p. 46) como a utilização, pelos seres humanos, de um “determinado lugar num momento específico” com o objetivo de materializar esse espaço através da produção, laboração, consumo e de habitação. No estabelecimento de habitantes consumidores num determinado local, neste caso a cidade, a autora Carlos ainda apresenta algumas implicações necessárias para atender a sociedade firmada, proporcionando-lhe “escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc.” Carlos (1992. p. 46).

A partir da narrativa contextualizada sobre a cidade retomam-se as manifestações das relações articuladas da fragmentação dos espaços mencionados por Corrêa, ele também propõe a existência da relação de natureza social onde a matriz é “a própria sociedade de classes e seus processos” Corrêa (1989, p.8), que é uma manifestação menos visível, sendo o reflexo do poder econômico gerido pela existência do capitalismo. Com isto compreende-se que o espaço urbano reúne em sua base elementos concretos e abstratos, presumindo-se a existência de agentes sociais na produção dos espaços urbanos. Por este aspecto, a produção do espaço urbano descrito por Corrêa (1989, p.8), é o espaço de uma cidade capitalista sendo “fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” sendo produzidas pelos agentes sociais. Desta maneira é oportuno salientar as colocações complementares de Corrêa onde ele menciona que “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” Corrêa (1989, p.8). Através dessa interpretação dada por Corrêa será desenvolvido o estudo da proposta relacionada à expansão urbana do município de Santa Rosa.

Antes de prosseguir é oportuno colocar as indagações de Abreu (2010), pois ele discorre sobre o significado de lugar e descreve “que os lugares são determinados, não pelas características do mundo físico, mas, por sua condição imaterial, fenomenal e semântica, pelo que significam, por exemplo, em termos das

vivências dos indivíduos”, Abreu (2010, p. 15). Porém o trabalho de Abreu (2010), que tem como foco a geografia histórica, considerando ser esse o aspecto desta pesquisa, se “conduz à opção pela definição do lugar como tópos, como um segmento material da superfície da terra”, Abreu (2010, p. 15).

As discussões e afirmações de Abreu mostram a geografia na segunda metade do século XX se contrapondo às percepções “clássica” ou “tradicional” “que defendiam uma concepção relativa de espaço” agora, porém, considera-se o que importa, ou seja, “explicar os processos gerais de produção e/ou organização do espaço geográfico; lugares e regiões nada mais seriam do que manifestações localizadas desses processos”, Abreu (2010, p. 15 e 16).

Abreu (2010) elucida as mudanças que ocorreram nas últimas décadas sobre o estudo da geografia dos lugares e regiões e esclarece que:

“O estudo das regiões e dos lugares não morreu; o que desapareceu foi a crença de que tanto umas como outros constituíam um arranjo espacial final e único, a síntese, por assim dizer, de um determinado conhecimento parcelar da superfície da terra.” (ABREU, 2010, p.16).

A proposta de apresentar algumas descrições de Abreu (2010) tem como objetivo contemplar a importância da geografia histórica e o respaldo que os geógrafos apresentam com relação a essa área de estudo interdisciplinar da geografia com a história. A apropriação e harmonização das descrições deste autor são a base para o desenvolvimento deste trabalho, portanto seguem mais reflexões de Abreu (2010).

Hoje, regiões e lugares não mais são vistos como loci de singularidades a partir de fenômenos únicos, mas como campos de força, como produto da interseção de processos socioeconômico-culturais que têm origens e manifestações diversas, que atuam em escalas diferentes e que, por isso mesmo, estão sempre criando, recriando e dando novos significados a lugares e regiões. (ABREU, 2010, p.16).

Abreu explica que alguns processos atuais são a nível mundial e outros direcionados a países ou grupos de países.

Por fim, há também processos cuja origem é de natureza nitidamente singular e que só podem ser compreendidos nas escalas regional ou local; é preciso que se trate deles, como ocorria no passado, mas não apenas deles. Dado que lugares e regiões são produzidos por processos sociais que têm escalas distintas e que se intercambiam diferenciadamente no espaço, continuar a trabalhar com essas categorias basilares

num mundo em constante mudança constitui um desafio sempre renovado e empolgante. (ABREU, 2010, p.16, 17).

Com as colocações apresentadas por Abreu (2010) se esclarece a importância de se analisar os processos a nível local, pois cada lugar, região e no caso deste trabalho o município de Santa Rosa que se diferencia de outros espaços que estão em constante mudança.

Quando Abreu (2010) explica sobre a geografia do passado, ele esclarece que “a análise de lugares (assim como a das regiões) não precisa, entretanto, estar informada pelo presente; pode-se muito bem centrar a investigação em tempos pretéritos” e apresenta a alternativa de que “é possível discutir o passado segundo temáticas setoriais, isto é, sem que se trate de lugares ou de regiões” afirmando que “em qualquer um desses casos estaremos enveredando pelo campo da geografia histórica”, Abreu (2010, p. 17).

Abreu (2010) propõe uma advertência sobre os registros do passado, colocados como sendo fragmentos que o passado deixou por este motivo “é sempre preciso desconfiar desses vestígios, pois, além de revelarem, sobretudo, fragmentos e rupturas, eles incorporam estruturas de poder”, Abreu (2010, p. 20).

A palavra “desconfiar” propõe que se deve suspeitar, imaginar ou conjecturar que algo registrado no passado, às vezes apenas uma fagulha, pode evidenciar obras de extrema importância que se perpetuam no presente. Com esta visão realizou-se todo o levantamento geográfico histórico para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Seguindo com a compreensão de que os espaços urbanos estão constantemente passando por mudanças e transformações é importante verificar e evidenciar essas alterações em áreas onde, no tempo passado, não haviam estruturas edificadas, como prédios (de instituições, indústrias e comércios), bem como de loteamentos residenciais, praças e ruas. Essa abordagem se relaciona como seguinte contexto:

A aglomeração de habitantes e a concentração de construções e infraestruturas como ruas, avenidas e pontes e de atividades econômicas como comércio, serviços e indústrias caracterizam o espaço urbano, que correspondem às cidades. (SILVEROL, GOIS e DANTAS, 2019, p. 25).

As mesmas autoras Silverol, Gois e Dantas (2019. p. 14) contextualizam o significado de espaço urbano como sendo “(...) o arranjo das variadas atividades

humanas sobrepostas espacialmente”, fazendo com que essa disposição resulte “(...) na composição e constituição das cidades e suas funções, assim como na organização sócio espacial das infraestruturas, das práticas humanas e das condições do meio ambiente”.

A humanidade, em vários momentos da história, buscou aprimorar suas técnicas que proporcionaram desenvolvimento de condições melhores para se viver. Os produtores rurais passaram a “gerar excedentes suficientes para permitir que uma parcela da população passasse um longo período trabalhando em outros tipos de atividades, como artesanato, comércio etc.” Silverol, Gois e Dantas (2019. p. 26) o que conduz uma parte da população a convivência coletiva em cidades.

Com o objetivo de encontrar condições melhores, Carlos (1992. p. 45) explica que “o ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço”, porém, somente “o ato em si, não é meramente ocupar uma parcela do espaço”, pois para isso é necessário “produzir o lugar”. Este lugar, que se constitui por uma dimensão existente, pode ser compreendido através do conceito dado por Milton Santos onde ele elucida que este lugar se revela através "de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são à base da vida em comum" Santos (2006, p. 218).

Reserva-se aqui um momento para apresentar a diferença entre paisagem e espaço para ter mais clareza no entendimento do que é o espaço urbano, no qual se refere a pesquisa, pois ao visualizarmos o espaço como está constituído, ele estará além da descrição de uma paisagem. Com isto busca-se a definição dada por Santos.

Paisagem e espaço não são sinónimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. (SANTOS, 2006, p. 66).

Desta maneira o sentido da paisagem explanada por Santos é esclarecedor, pois, esse autor discorre sobre a diferença entre a paisagem e o espaço.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da

sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 2006, p. 67).

O entendimento do conceito de paisagem contribui na diferenciação do que o espaço significa, sendo que a paisagem conceituada por Santos se trata de “formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”. Já o conceito de espaço corresponde “as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade”, portanto, “tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual”. Santos (2006, p.67).

Retornando a descrição de Corrêa é importante ressaltar que os agentes sociais são “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os Estado e os grupos sociais excluídos” Corrêa (1989, p.12). Portanto, a partir da ação desses agentes o espaço é produzido. As ações destes agentes sobre o espaço urbano possuem natureza histórica, os quais combinam interesses e estratégias que podem variar no tempo e no espaço.

Os agentes sociais produtores do espaço urbano agem de maneiras diversas e apesar de haver interesses em comum surgem momentos conflituosos em suas estratégias, porém, “a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista”, bem como “em grande parte através da posse e do controle de uso da terra urbana” conforme Corrêa (1989, p.12).

Cabe uma sucinta colocação das ações de cada um dos agentes anteriormente citados, com a finalidade de relacioná-los posteriormente na expansão urbana do município de Santa Rosa. Para isso, recorre-se novamente às discussões de Corrêa sobre cada agente. Primeiramente ele apresenta as ações dos “proprietários dos meios de produção” seguido dos “proprietários fundiários”, dos “promotores imobiliários”, da parte do “Estado” e por fim dos “grupos sociais excluídos”.

A formação de áreas de proporções maiores no perímetro urbano está associada às grandes empresas, isto, devido as suas voluptuosas instalações as quais são necessárias para exercerem suas atividades, sejam elas industriais ou comerciais estas observações seguem as descrições dadas por Corrêa (1989, p.13).

O autor comenta da necessidade que os “proprietários dos meios de produção”, ou seja, um dos agentes produtores de espaço urbano tem por espaços amplos, além disso, estes proprietários almejam por terrenos “baratos que satisfaçam requisitos locacionais”, porém, a relação entre o agente “proprietário fundiário” é complexa, pois este deseja obter vantagens econômicas sobre a terra que lhe pertence, com isto, neste cenário surge a especulação fundiária e conseqüentemente conflito com os proprietários dos meios de produção. Ainda de acordo com Corrêa, os conflitos gerados pelas duas classes de agentes tendem a favorecer os proprietários dos meios de produção que ocupam uma posição de governança, devido sua influência na economia e política da sociedade capitalista.

Nas colocações feitas por Corrêa verifica-se como se resolvem esses conflitos, ele comenta que “A solução desses conflitos se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades” Corrêa (1989, p.14). Mesmo com estas afirmações o próprio autor coloca a importância de buscar informações relevantes sobre os proprietários de produção e dos proprietários fundiários envolvidos no conflito, para assim poder identificar o de maior relevância ao desenvolvimento econômico do município.

Como já mencionado, o “proprietário fundiário” deseja obter vantagens econômicas sobre a terra que lhe pertence, portanto este é um agente produtor de espaço urbano no seguinte contexto:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu *valor de uso*. (CORRÊA, 1989, P.16).

A atuação dos proprietários fundiários no processo de expansão do espaço urbano segue pela valorização de suas terras, para isso estes proprietários exercem certas influências como menciona Corrêa, buscando “especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano” Corrêa (1989, p.16). Este tipo de manifestação, de pressionar a instância municipal, não beneficia de maneira uniforme a todos os proprietários

fundiários, pois há critérios envolvidos, que dependem “da localização e/ou de suas características físico-naturais (relevo, área verde disponível)”, então “essas terras são valorizadas”, como citam Silverol, Gois e Dantas (2019, p. 25).

Corrêa explica que “a propriedade fundiária da periferia urbana” está “diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano” Corrêa (1989, p.16), ou seja, com o passar do tempo a área rural, que era antes utilizada para produção agrícola não é mais rentável, é então intitulada como área urbana que será destinada ou ficará a disposição dos promotores imobiliários.

Pelas colocações já mencionadas visualiza-se o esboço de como ocorre a produção do espaço urbano, primeiramente através de dois agentes atuantes com suas estratégias e interesses. Depara-se na sequência, com mais um agente determinante na produção do espaço urbano, são eles os promotores imobiliários como sendo “um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente”, algumas “operações” como menciona Corrêa (1989, p.19).

Com terras disponibilizadas pelos proprietários fundiários, através de interações com a instância municipal, entram em ação os promotores imobiliários que agem, segundo Corrêa (1989, p.19 e 20), através das: a) incorporadoras que realizam a gestão do capital na etapa de sua alteração em mercadoria, ou seja, em imóvel. Também definem os tamanhos das unidades, a qualidade da construção, qual construtora vai executar a obra e de quais estratégias e propagandas para efetuar a venda das unidades; b) financiamento, ou seja, o estabelecimento de recursos monetários que podem ser provenientes de pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de investir na compra dos terrenos e da construção do imóvel; c) estudos técnicos são realizados por profissionais, como economistas e arquitetos, para verificar a possibilidade de executar a obra de acordo com os critérios colocados pela incorporadora e de acordo com o código de obras; d) construtoras, ficam responsáveis pela construção física e pela contratação de mão de obra; e) comercialização é executada pelos corretores que são os profissionais com a incumbência de planejar as vendas e realizar propagandas de divulgação dos imóveis. Portanto, os promotores imobiliários, “são agentes responsáveis pela produção, financiamento e comercialização de imóveis, objetivando a obtenção de lucro” Silverol, Gois e Dantas (2019, p. 39).

Por fim, se apresentam como agentes na produção do espaço urbano, o Estado e os grupos sociais excluídos, sendo que o primeiro age na esfera federal,

estadual e municipal, já o segundo corresponde a uma parcela da população excluída do processo de construção do espaço urbano da cidade.

Corrêa (1989) comenta a respeito da participação do Estado como produtor “do chão”, ou seja, criando condições num espaço para uma possível formação, ele cita alguns exemplos, porém existem várias maneiras do agente Estado agir. Uma das formas de atuação marcante do Estado apresentar-se-á neste trabalho nas descrições de criação e produção do espaço urbano nos primórdios do município de Santa Rosa.

Sobre a atuação do Estado a nível municipal, há mais interesse em explanar por ser o enfoque da pesquisa que se apresenta neste trabalho, pois a este nível é garantido, “muitos poderes sobre o espaço urbano”, conforme citado por Corrêa (1989, p.26). Portanto, a gestão municipal atua no espaço urbano de várias maneiras o que requer um aprofundamento, porém, na administração municipal, no caso de Santa Rosa, está estabelecido no novo Artigo 101 da Lei Complementar nº 118 do Plano Diretor, o envolvimento da gestão municipal a instalação de “infraestrutura na zona urbana de formação prioritária, visando à qualificação da vida urbana”, sendo necessário “atender requisitos mínimos” como:

I – pavimentação das vias e dos passeios; II – rede de energia elétrica e de iluminação pública; III – rede de abastecimento de água potável; IV – rede de escoamento sanitário; V – rede de escoamento das águas pluviais; sendo facultativo o uso de boca de lobo inteligente; VI – locais de disposição com lixeiras e containers, bem como, local para realização de coleta seletiva. (PLANO DIRETOR DE SANTA ROSA – RS. 2020).

Portanto, o poder do município deve, supostamente, objetivar as prioridades citadas no Plano Diretor para proporcionar espaços urbanos de boa qualidade à população que reside na cidade.

Com relação aos grupos sociais excluídos, referindo-se a população de baixa renda, essa parcela da população é excluída do processo de construção do espaço urbano da cidade, mas investe energia, tempo e seu parco recurso financeiro no objetivo de adquirir um imóvel, buscando acessar as políticas habitacionais ou de forma autônoma construindo em áreas periféricas de acordo com as colocações de Silverol, Gois e Dantas (2019, p. 39).

Ao considerar que a produção do espaço urbano é uma representação de nossa sociedade dinâmica, compreende-se que, além dos agentes abordados como referidos produtores, outros estudos podem apresentar grupos sociais que

contribuem na produção do espaço urbano nas cidades. Por este motivo há constante necessidade de se atualizar e analisar os fenômenos complexos da produção do espaço urbano.

5 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO NOROESTE.

O município de Santa Rosa localiza-se na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul onde era, lá nos seus primórdios, habitada por povos indígenas, principalmente do grupo Tapes. Após 1626 ocorreu a chegada dos primeiros europeus, primeiramente os jesuítas e espanhóis com a finalidade de catequizar o povo indígena que na região habitavam (IBGE, 2017). Neste período, Santa Rosa ainda estava no processo de formação e fazia parte do território onde estavam estabelecidos os Sete Povos das Missões, sendo Santo Ângelo um desses Sete Povos no qual a área de Santa Rosa lhes pertencia (IBGE, 2017).

Já no ano de 1876 é criado o distrito de Santa Rosa que foi subdividido do município de Santo Ângelo, porém para ser a sede desse novo distrito foi escolhido um pequeno povoado, denominado “Quatorze de Julho” que se localizava na junção dos arroios Pessegueiro e Pessegueirinho, sendo que ali habitavam caboclos e posseiros. Posteriormente, após quase 40 anos, a partir do ano de 1915 dá-se início a colonização com a chegada dos descendentes de alemães, italianos, e outras etnias em menor escala (IBGE, 2017). A criação de núcleos coloniais teve como objetivo interesses efetivos do modelo capitalista orientados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (CHRISTENSEN, 2008). As famílias desses colonos se instalaram rapidamente atingindo, em 1920, um contingente de 11.215 habitantes na Colônia “Quatorze de Julho”. Em 1922 a energia elétrica chegou à região juntamente com a ideia de emancipação em 1927, sendo que os habitantes da Colônia já estavam em 35.000 pessoas, o que gerou uma boa arrecadação (IBGE, 2017).

No ano de 1931 o município de Santa Rosa se encontrava com pouco mais de 35 mil habitantes, sendo neste mesmo ano assinado o Decreto Lei nº 4.823 criando o município de Santa Rosa, sendo instalado oficialmente como o 82º município gaúcho, considerando a instalação oficial no dia 10 de agosto de 1931.

Através de um breve relato histórico da formação do território do município de Santa Rosa chega-se a informação da área atual, com um total de 489,380km² (IBGE, 2017), sendo que a área urbana possui uma parcela relativamente menor comparada com a zona rural, para uma informação mais precisa localiza-se no plano diretor do município a lei complementar nº118 no Art.4ª citando o “Parágrafo único. O perímetro urbano da sede de Santa Rosa tem área total de 67,84km² (sessenta e sete quilômetros e oitenta e quatro hectômetros quadrados)”, com isto a área rural é

de 421,54km² e de acordo com a estimativa do IBGE, Santa Rosa possui atualmente 73.882 habitantes (setenta e três mil oitocentos e oitenta e dois habitantes).

Este capítulo tem como finalidade apresentar a trajetória de formação do território geográfico na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pois esta análise é fundamental para compreender como ocorreu o início da produção do espaço urbano do município de Santa Rosa.

A proposta deste capítulo é olhar para o passado para compreender o presente, portanto se faz necessário descrever, como era o espaço geográfico na região e seus primeiros habitantes, onde se formou o município de Santa Rosa.

Para assimilar as transformações ocorridas ao longo do tempo na região norte do Estado apropria-se de comentários de alguns autores que expõem com propriedade os processos da formação das regiões do Estado, neste caso direciona-se a atenção mais na região noroeste.

Primeiramente, a autora Strohaecker explica que “a configuração territorial do Rio Grande do Sul na atualidade é produto das formações socioeconômicas que se constituíram ao longo da sua história”, no caso da região do Planalto Meridional, onde se localiza o município de Santa Rosa, a formação ocorreu mais tarde, comparando com outras regiões (serra, campanha e depressão central) Strohaecker (2012. p. 192).

As contribuições do cunho histórico da autora Christensen também trazem relatos significativos, pois ela descreve a região noroeste, especialmente a área onde se estabeleceu o município de Santa Rosa por volta de 1920, como sendo “marcada pelo extrativismo”, pois havia “densas matas povoadas de ricas espécies de madeira-de-lei” as quais estavam “sujeitas à exploração dos madeireiros que as transportavam rio abaixo”, através da “rede hidrográfica formada pelo Rio Uruguai e seus afluentes”. Outra atividade explorada neste período era dos ervais nativos, um “forte atrativo para os coletores de erva-mate” Christensen (2008. p. 21). Com essa descrição percebe-se o início de atividades voltadas a interesses econômicos, porém pouco exploradas por ser uma terra de matas, diferente dos campos, onde era possível desenvolver com mais facilidade atividades como a pecuária.

A região noroeste faz parte do Planalto Meridional cuja cobertura vegetal original foi totalmente modificada e sua formação territorial foi intensificada a partir do estabelecimento de “uma sociedade constituída por imigrantes colonizadores (açorianos, alemães, italianos, poloneses, entre outros), proprietários de minifúndios

e dedicados à agricultura” Strohaecker (2012. p. 192). Neste período de colonização as terras eram de domínio público, ou seja, devolutas e de acordo com Christensen (2008. p. 23) “ocupavam vastas extensões do Norte e Noroeste do Estado abrangendo o vale do Rio Uruguai”, frisando que este território era “ocupado ancestralmente pelos Kaingangs e remanescentes Guaranis”, intitulado como povos originários.

Os povos originários “não aceitavam a ocupação das florestas pelos novos colonizadores” os quais migraram para a região com “a árdua tarefa de desmatar” as “terras que, para os nativos, significava uma violência” conforme descrito por Christensen (2008. p. 23). Nesse cenário aguerrido objetivou-se, através da colonização, a prosperidade e formação da fronteira noroeste através do processo colonizador, para isto os indígenas foram aldeados em colônias criadas pelo Governo do Estado, uma delas a Colônia Guarani.

A formação da região noroeste, através da colonização, ocorreu por meio da “implantação de colônias com imigrantes estabelecidos em pequenas propriedades agrícolas” Christensen (2008. p. 24), essa foi a estratégia e interesse do Estado para ocupar o espaço desse território. Na primeira fase da colonização instalaram-se os colonos de origem eslava, mas pelo fato desses colonos passarem por muitas dificuldades acabaram vendendo e abandonando as terras levando-os a migrar para o país vizinho, a Argentina, ou para outras regiões do estado. Posteriormente, na segunda fase, ocorre “o predomínio quase absoluto de etnia alemã” na região, como menciona Christensen (2008. p. 25).

Portanto, a Região Noroeste do Rio Grande do Sul possui características advindas da colonização, constituídas por pequenas propriedades rurais com foco na diversificação de culturas, ou seja, na produção de vários produtos com o propósito da subsistência familiar. Além de suprir suas próprias necessidades, os novos colonos, provenientes das antigas colônias das Encostas da Serra onde se estabeleceram os primeiros imigrantes europeus, também trabalhavam para atender o “abastecimento do mercado interno, além de adquirir importância o desenvolvimento da lavoura de caráter comercial, dada pela produção de trigo, milho e soja, principalmente”, como menciona Mantelli (2006. P. 274).

Devido às atividades agrícolas exercidas pelos novos colonizadores formou-se na região um grande contingente populacional, gerando, conseqüentemente, vários povoados na região noroeste, sendo Santa Rosa um deles. Com a criação de

povoados, as áreas de matas vão desaparecendo, pois é a última “extensão florestal” a ser ocupada, sendo que deste modo também vai “cessando o processo migratório no Estado” e como resultado, atualmente “todas as antigas matas dessa região estão retalhadas em pequenas propriedades”, de acordo com Mantelli (2006. p. 275).

Nos primórdios da formação da Região Noroeste e na criação dos povoados, pelos novos colonos, são notórios os muitos desafios que enfrentaram, pois a agricultura da época não utilizava muito maquinário, com isto requer-se da força do trabalho braçal de todos os membros da família devido às inúmeras tarefas existentes na propriedade, como relata Mantelli (2006. p. 275).

Com a região noroeste relativamente ocupada a expansão segue, com a criação de novos povoados, em direção ao Alto Uruguai, esse avanço foi facilitado pela construção da rede ferroviária, “onde o ponto terminal estava a uma distância de apenas 120 quilômetros da região de Santa Rosa”, Christensen (2008. p. 35). Neste período o território de Santa Raso era extenso e as pessoas iam se estabelecendo de maneira esparsa, ou seja, ainda não havia a formação de um núcleo populacional e contava com uma estimativa superior a 300 famílias como explica Christensen (2008. p. 35).

Por fim, os colonos que se deslocavam para a região noroeste estavam cientes das adversidades que surgirem e de que “para onde se dirigiam, não existia qualquer tipo de infraestrutura e que a eles cabia o papel de agentes civilizadores” como relata Christensen (2008. p. 37). Mas os colonos sabiam que as “terras fronteiriças que delineavam o noroeste do Rio Grande do Sul era o que lhes acenava para a realização dos seus sonhos”, pois a terra fértil, vermelha, “rica e generosa, revelava-se fundamental para a sobrevivência daqueles que chegaram com um pouco mais do que a roupa do corpo e a família a tiracolo”, Christensen (2008. p. 37).

Dá-se então início a formação do núcleo colonial considerado como sede provisória a Vila 14 de Julho que mais tarde seria chamada Colônia Santa Rosa.

5.1 O ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.

Ao longo do tempo os humanos passam a se estabelecer em aglomerados chamados povoados, estes povoados surgem de acordo com o aspecto geográfico e

de fatores históricos. No caso da localidade onde se originou o município de Santa Rosa, há relatos da construção das primeiras estruturas como mostra a figura 3 e 4, ou moradias no então pequeno povoado, denominado “14 de Julho” que se localizava na junção dos arroios Pessegueiro e Pessegueirinho (figura 5), sendo que ali habitavam caboclos e posseiros Christensen (2008. p. 21).

Figura 3 – Primeiras estruturas no povoado 14 de julho de 1912.



Fonte: Acisap.org

Figura 4 – Pioneiro Edmundo Pilz e sua família construindo a sua residência na localidade 14 de Julho, em 1913.



Fonte: Acisap.org

Figura 5 – Formação do povoado 14 de Julho.

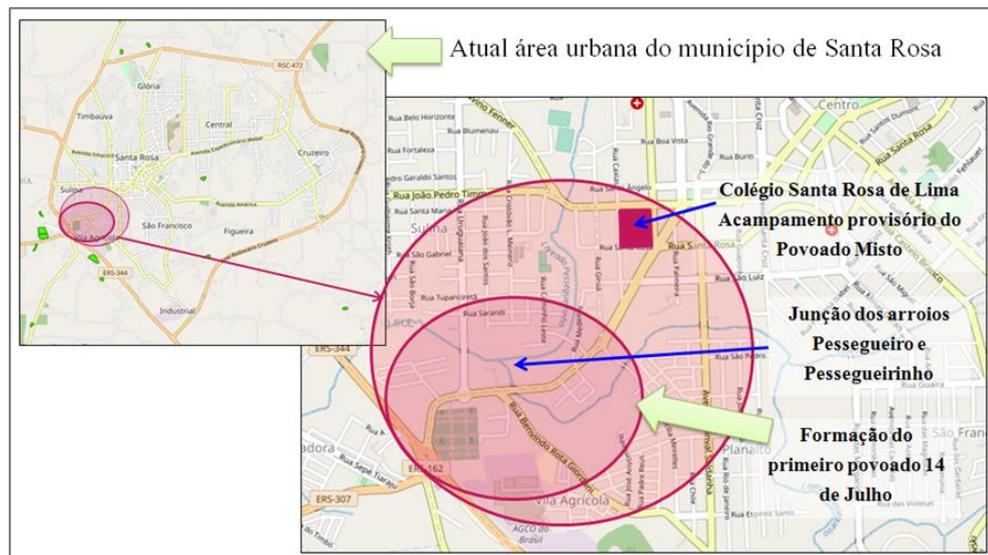


Fonte: Open Street Maps com detalhes inseridos pela autora.

Na formação do núcleo colonial a sede provisória era a pequena Vila 14 de Julho, mas posteriormente passou o nome para Colônia Santa Rosa. A vila era, inicialmente, habitada por caboclos e posseiros com uma pequena distribuição de casas de madeiras e ranchos, como se fosse um acampamento. Com a chegada dos novos moradores (colonos) foi se construindo, no entorno do acampamento, novas moradias que aumentavam dia-a-dia, para a construção utilizavam madeiras ainda verdes, mas aos poucos tudo ia mudando, foram construído “canteiros de folhagens, cercas, muros, escadas, cores novas, a terra vermelha e depois o verde escuro” Christensen. (2008.p. 37). A paisagem antes dominada por mata vai se transformando com a ação do homem que começa a derrubar as árvores da mata para abrir espaço às lavouras, com isto surgem às primeiras plantações de alguns cereais, hortaliças e leguminosas como o milho, feijão, batata-doce, trigo, além da erva-mate.

Numa clareira, nas proximidades onde atualmente se localiza o Colégio Santa Rosa de Lima, provisoriamente se instalou o acampamento do então povoado misto, composto pelos nacionais (caboclos e posseiros) e imigrantes europeus. Para localizar geograficamente esse local segue um mapa com a expansão do povoado (figura 6) do local aproximado, isto de acordo com as descrições já obtidas, observando que o mapa atual projeta os pontos do passado, onde estavam determinados prédios e situações específicas como a junção dos arroios.

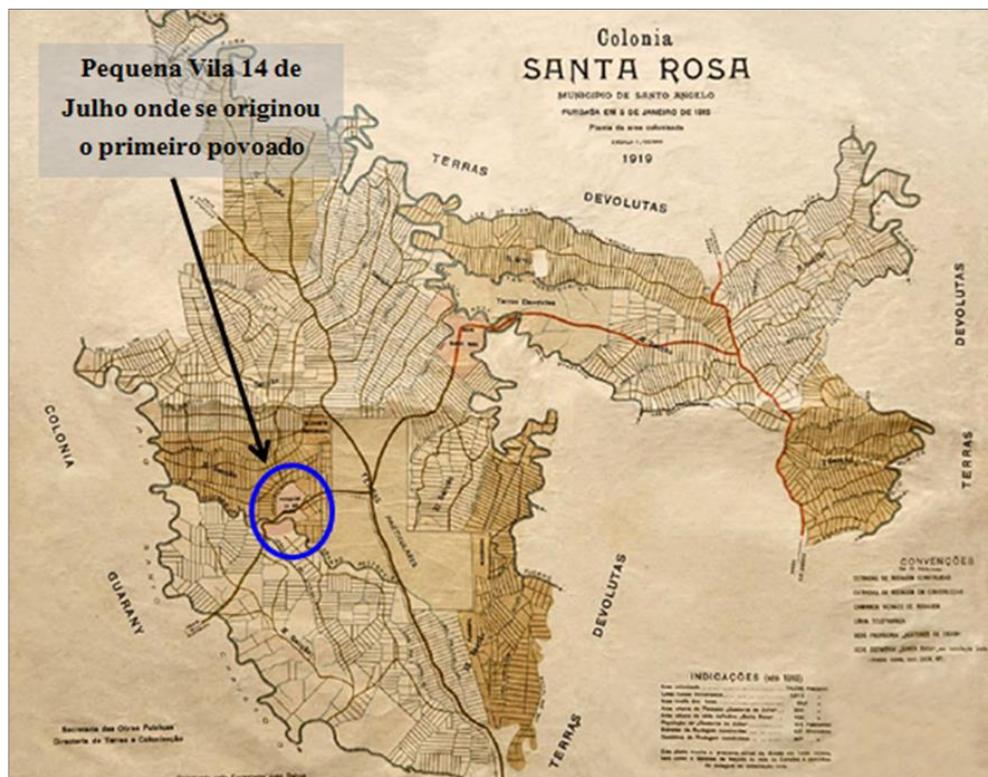
Figura 6 – Representação da expansão do povoado 14 de Julho projetado sobre mapa atual.



Fonte: Open Street Maps com detalhes inseridos pela autora.

Na figura 7, que é um mapa antigo da colônia Mista Santa Rosa, pode-se observar a pequena vila 14 de Julho onde se originou o primeiro povoado.

Figura 7 – Mapa Antigo da Colônia Mista Santa Rosa.



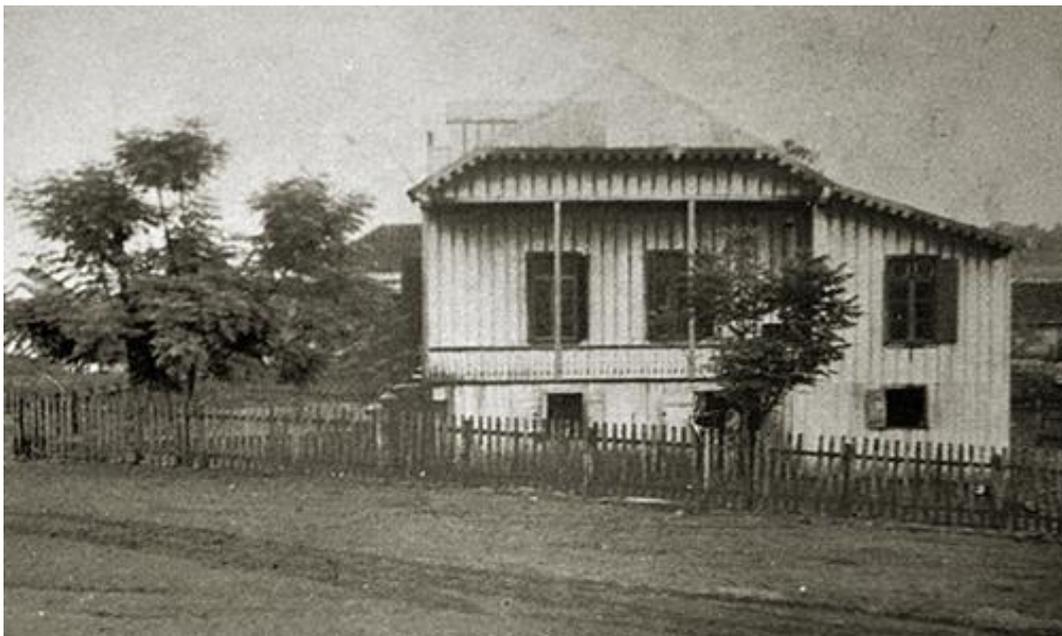
Fonte: Livro Acisap 90 anos com detalhes inseridos pela autora.

Após a instalação provisória do acampamento do povoado misto, ainda denominado Vila 14 de Julho, desloca-se para a região autoridades com conhecimentos técnicos (agrimensura) para dar início às medições e divisão dos lotes, portanto, instalou-se na colônia Santa Rosa o Escritório da Comissão de Terras e Colonização para realizar todo o levantamento necessário para o estabelecimento da futura sede da colônia, Christensen (2008). O escritório foi edificado mais avante seguindo pela Av. Borges de Medeiros até onde se construiu a primeira Praça José Bonifácio, atualmente é a Praça da Independência.

Como já mencionado a Vila 14 de Julho se formou na junção dos Arroios Pessegueiro e Pessegueirinho e nesta área o relevo é em declive em relação a nova área escolhida para a construção da praça e de outras edificações. Essas informações são importantes para a geografia urbana, pois se visualiza a forma como a população vai produzindo os espaços. A construção da atual Praça da Independência se tornou um ponto central para a ampliação das demais ruas e do traçado posterior do restante da cidade.

A edificação que abrigou naquele período o escritório da Comissão de Terras e Colonização ainda se mantém na cidade de Santa Rosa, mesmo depois de passado muitos anos como pode ser visto nas figuras 8 e 9.

Figura 8 – Foto antiga do Escritório da Comissão de Terras e Colonização.



Fonte: Acisap.org

Figura 9 – Prédio da Comissão de Terras e Colonização atualmente.



Fonte: Blog Memória Drops

Christensen (2008) comenta que no ano de 1916 as medições foram de 1.233 lotes e havia 873 famílias, totalizando uma população de 4.340 habitantes. Em 1919 somente na sede “14 de Julho” já tinham sido construídas a quantidade de “58 casas de madeira, engenhos, 2 movidos a vapor e 2 a energia hidráulica, 2 olarias e 2 hotéis” Christensen (2008. P. 42). Nos demais distritos que faziam parte da colônia Santa Rosa muitas outras edificações foram sendo construídas.

Na figura 10 é possível observar as casas, em sua grande maioria construções de madeira, pois naquela época a região sendo de muita mata a exploração era intensa, porém, no canto inferior da imagem pode-se identificar uma construção de alvenaria sendo iniciada, pois a sede já contava com olarias que produziam tijolos. Com novas construções sendo feitas em alvenaria se pressupõe uma arquitetura mais moderna já as edificações em madeira apresentavam o estilo europeu. No centro, com traçado de uma rua ampla e prevendo o crescimento da cidade, visualiza-se a atual Avenida Borges de Medeiros com postes de energia elétrica, sendo que esta avenida era o acesso para a então sede da Colônia Santa Rosa. Já na figura 11 mostra um trecho da Av. Borges de Medeiros sendo possível observar várias edificações, outro detalhe é o canteiro central por quase toda a sua

extensão, pois mais próximo aos arroios o canteiro se encerra. Nas duas figuras, 10 e 11, nota-se ao fundo, no horizonte, o relevo pouco ondulado com um leve declínio na avenida, com estas figuras fica evidente a transformação na paisagem urbana.

Figura 10 – Avenida Borges de Medeiros na sede da Colônia Santa Rosa.



Fonte: Acisap.org.

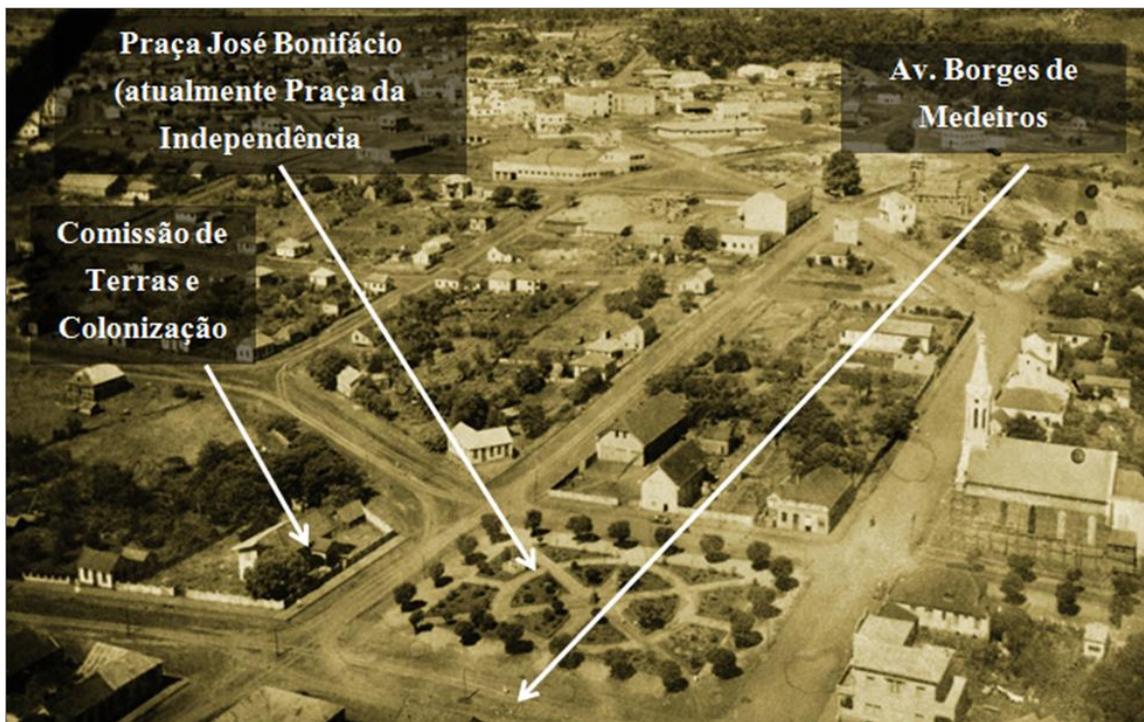
Figura 11 – Trecho da Av. Borges de Medeiros da cidade de Santa Rosa atualmente.



Fonte: Google Street View. Recorte da Av. Borges de Medeiros feito pela autora.

Com um traçado urbano retangular tinha como centro da vila a atual Praça da Independência (figura 12), na época era Praça José Bonifácio, que foi inaugurada em 07 de setembro de 1922. Nas ruas ao redor da praça foram construídos os prédios da Comissão de Terras e Colonização e a sede da Subprefeitura, sendo considerados como os limites de formação urbana naquele período os “arroyos Pessegueirinho a oeste e norte; o arroio Pessegueiro ao sul e a Rua Santa Cruz a leste”, Christensen (2008. p. 42). Neste mesmo ano de 1922 a quantidade de edificações cresceu substancialmente e a sede 14 de Julho já contava com 169 prédios e todas as ruas da vila já estavam desmatadas e totalizando uma extensão de 2.630 metros.

Figura 12 – Foto aérea de Santa Rosa na década de 1940.



Fonte: Acisap.org.

Figura 13 – Praça da Independência e a formação urbana do espaço atualmente.



Fonte: Imagem do Google Earth com recorte e marcações feitas pela autora.

A criação de núcleos coloniais teve como objetivo interesses efetivos do modelo capitalista orientados pelo Governo do Estado do Rio Grande dos Sul Christensen (2008). As famílias desses colonos se instalaram rapidamente atingindo, em 1920, um contingente de 11.215 habitantes na Colônia “Quatorze de Julho”. Em 1922 a energia elétrica chegou à região juntamente com a ideia de emancipação em 1927, sendo que os habitantes da Colônia já estavam em 35.000 pessoas, o que gerou uma boa arrecadação, IBGE (2017).

No ano de 1931 o município de Santa Rosa se encontrava com pouco mais de 35 mil habitantes, sendo neste mesmo ano assinado o Decreto Lei nº 4.823 criando o município de Santa Rosa, sendo instalado oficialmente como o 82º município gaúcho, considerando a instalação oficial no dia 10 de agosto de 1931.

Através dos relatos da construção de moradias e de outras edificações juntamente com melhorias nos espaços de convivência de um grupo de pessoas, compreende-se que na linha do tempo das vivências desse grupo, vai ocorrendo simultaneamente a produção do espaço, ou seja, vão surgindo as áreas urbanas.

6 RECONHECIMENTO DOS AGENTES ATUANTES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA.

A partir das explanações apresentadas nos capítulos anteriores, o objetivo deste capítulo é analisar as principais dinâmicas no uso da terra no município de Santa Rosa, tendo como foco o perímetro urbano, e os principais agentes envolvidos na produção do espaço urbano da cidade desde o início da formação da região noroeste até o período atual.

Para dar seguimento apropria-se dos argumentos de autores com relação à produção do espaço urbano, inicialmente consideram-se as descrições de Corrêa (1989, p.12), em que ele apresenta os agentes sociais, salientando que a partir das ações desses agentes, o espaço é produzido. Os agentes sociais abordados por Corrêa se apresentam como sendo os:

- a) proprietários dos meios de produção;
- b) proprietários fundiários;
- c) promotores imobiliários;
- d) Estado;
- e) grupos sociais excluídos.

As informações de cunho histórico servem como ponto de partida para o processo de identificação dos agentes sociais atuantes no início da formação urbana do município em estudo, no caso Santa Rosa. Considerando a natureza deste trabalho focalizaremos a influência de grupos específicos de poder econômico, apenas tangenciaremos as ações e repercussões dos agentes grupos sociais excluídos.

Com a compreensão de que os agentes sociais são os produtores do espaço urbano é, portanto, atribuído a estes agentes o papel proeminente na expansão da cidade. As ações dos agentes sociais são permeadas de interesses que acabam refletindo na produção do espaço urbano, pois como mencionou Carlos (1992. P. 46) a cidade é resultado da construção humana materializada através da produção, laboração, consumo e de habitação.

Como toda ação repercute em algum resultado, neste caso a ação de agentes sociais resultam na transformação no espaço urbano de uma cidade. Portanto, a proposta de analisar temporalmente as mudanças que já ocorreram na área urbana

de Santa Rosa possibilita a visualização espacial de uma parte do processo da produção do espaço urbano do município.

Com a possibilidade de visualizar as transformações espaciais ocorridas na trajetória histórica predispõe-se a demarcação das ações dos agentes sociais em algum momento na trajetória e seus resultados.

Assim, com base no questionamento de quais fatores impulsionaram e contribuíram para a produção das áreas urbanizadas no município de Santa Rosa, a sequência do trabalho continua explanando os principais agentes sociais produtores do espaço urbano numa análise temporal, partindo dos primórdios da criação do município com a visualização desses espaços nos dias atuais. Para isto apropria-se dos relatos históricos da autora Christensen para realizar a análise através da geografia urbana, ou seja, identificar como ocorre o processo de produção do espaço urbano no município de Santa Rosa.

Com base nos primeiros relatos da formação da colônia Santa Rosa seguido da sua posterior municipalização, pode-se identificar primeiramente, as ações do Estado, como um agente na produção do espaço urbano de Santa Rosa. Em alguns momentos ocorre simultaneamente a participação dos demais agentes, porém o estudo deter-se-á especialmente nos agentes identificados nos relatos da autora Christensen.

6.1 O Estado: agente essencial na produção do espaço urbano.

Para identificar o agente social Estado é preciso retornar a época da formação do território na região noroeste, mais especificamente a localidade onde foi estabelecido o município de Santa Rosa, sabe-se que a colônia passou por um processo de repartição de terras, onde “a divisão dos lotes obedecia a um modelo adotado pela Comissão de Terras de Santa Rosa”, ressaltando “que todos os lotes deveriam ser servidos por uma estrada de rodagem e por um curso d’água”, conforme é mencionado por Christensen (2008. p. 63).

Salienta-se que a Comissão de Terras e Colonização era um órgão estadual, portanto identifica-se aqui o agente social Estado (neste caso administração Estadual) atuando na produção do espaço nas primeiras divisões de lotes no município de Santa Rosa. Esse órgão foi o centro de onde emanou a colonização e por intermédio da Comissão de Terras tudo era feito, “estradas de rodagem, pontes,

estradas de ferro, demarcação de terras, criação de escolas, redes telefônicas”, Christensen (2008. p. 64), além de tudo o que era necessário para o desenvolvimento da colônia.

De acordo com Christensen (2008) o desenvolvimento socioeconômico da Colônia Santa Rosa, nos seus primórdios, tinha como base a subsistência, a exploração madeireira, fabricação de carroças (para o transporte dos produtos agrícolas) e arados (para o preparo da terra das novas lavouras), além de outras ferramentas agrícolas. Os ervais nativos também contavam como fonte de riqueza da colônia que se expandiu devido ao avanço no beneficiamento e industrialização, porém com o passar do tempo esse tipo de fonte econômica foi enfraquecendo e outras indústrias de pequeno porte foram surgindo. A fonte econômica da colônia mais expressiva era a “transformação de produtos agrícolas” e através “dos moinhos extraía-se óleo de linhaça, amendoim e girassol” como menciona Christensen (2008. p. 67- 68).

Como se observa as primeiras atividades econômicas da Colônia Santa Rosa eram voltadas ao comércio de produtos básicos, a indústria madeireira que contava com 70 serrarias promovia arrecadação significativa para o município recém-formado na década de 30 como menciona Christensen (2008). Porém, em 1933 o agente social Estado age novamente, pois “o Interventor Federal Flores da Cunha criou políticas que estimulavam o desenvolvimento baseado na agropecuária, no comércio e na indústria”, tal estímulo se dá através da “isenção de impostos beneficiando esses setores” Christensen (2008. p. 117). Os incentivos repercutiram positivamente para o município de Santa Rosa, sendo refletido especialmente na produção agrícola no ano de 1939.

Christensen (2008) explica que no período entre os anos de 1930 a 1937 ocorreu uma reorientação na economia nacional “no sentido de uma diversificação como forma de encontrar saídas para o desenvolvimento capitalista” isto através da intervenção do Estado na economia para poder enfrentar a crise no setor agroexportador por meio da modernização e baseado na produção industrial. Com este novo processo, estabelecido pelo Estado, para estabilizar a economia nacional é refletido no desenvolvimento comercial e industrial do município de Santa Rosa, pois passou a concentrar “as suas atividades em torno de produtos mais comercializáveis”, Christensen (2008. p. 117).

Neste mesmo período de reorientação econômica o desenvolvimento e consequentemente o progresso no município de Santa Rosa acelerou, juntamente com a valorização das terras. Outro fator importante para a valorização das terras foi a construção da estrada de ferro até a Esquina Cruzeiro em 1937 e em 1940 no centro da cidade de Santa Rosa, ver a localização de cada estação na figura 14.

Figura 14 – Localização do Ramal ferroviário de Cruzeiro e da Estação de Santa Rosa.



Fonte: Google My Maps com detalhes inseridos pela autora.

Ambas as edificações, construídas nos respectivos anos (figuras 15 e 17), se encontram conservadas (figuras 16 e 18) marcando toda a trajetória histórica de produção urbana da cidade.

Figura 15 – Foto Antiga do Ramal Ferroviário no Bairro Cruzeiro.



Fonte: Site Estações Ferroviárias do Brasil.

Figura 16 – Estação Ferroviária Esquina Cruzeiro atualmente.



Fonte: Jornal Noroeste.

Comparando a imagem antiga (figura 15) do ramal férreo de Cruzeiro com a imagem atual (figura 16) o que mais se destaca é presença da caixa d'água e neste trecho a ferrovia ainda não foi removida. Inclusive existe projeto para revitalização desta área, pois, de acordo com a Câmara Municipal de Santa Rosa, já foi aprovado projeto de lei nº 22/2016 autorizando o tombamento da Estação Ferroviária do Bairro Cruzeiro sendo declarado o valor histórico do local, bem como sua importância

cultural, turística, arquitetônica e paisagística o que é de especial interesse urbanístico para o município de Santa Rosa.

Figura 17 – Estação Ferroviária de Santa Rosa.



Fonte: Acisap.org.

Figura 18 – Estação Ferroviária de Santa Rosa.



Fonte: Site Estações Ferroviárias do Brasil.

Ao observar com atenção a imagem da figura 17 da antiga da Estação Ferroviária de Santa Rosa é visível a quantidade de vegetação nativa no entorno da estação, algo que atualmente é praticamente inexistente, pois nos arbustos ao fundo, mais tarde, foi construída a Av. Expedicionário Weber.

A chegada da linha férrea até Santa Rosa é significativamente importante para todo o processo de desenvolvimento do município e arredores, sendo considerado o “Ramal de Ouro” como menciona o pequeno texto obtido no site Estações Ferroviárias do Brasil.

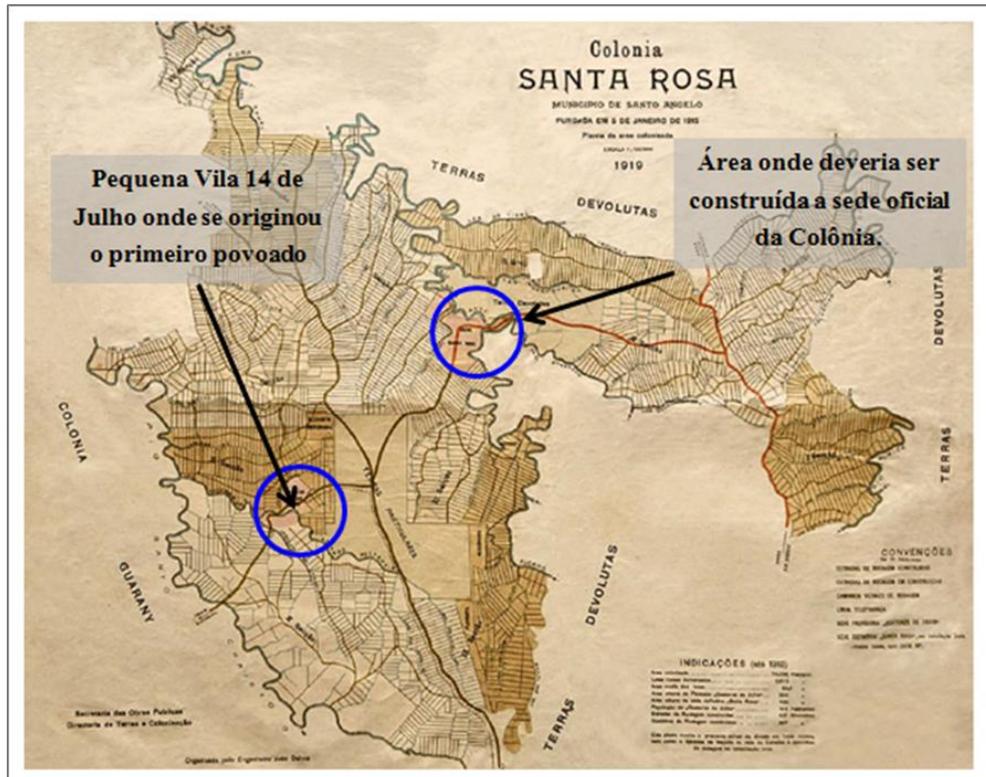
O ramal de Santo Ângelo foi construído pelo Batalhão Ferroviário, e, embora aprovado desde 1895, somente em 1911 foi entregue seu primeiro trecho ligando Cruz Alta, na linha Marcelino Ramos-Santa Maria a Ijuí. Em 1915 chegou a Catuípe, depois a Santo Ângelo (1921), a Giruá (1928) e somente em 1940 atingiu sua extensão máxima, em Santa Rosa. Era chamado de "Ramal de Ouro" por causa da grande quantidade de mercadorias que transportava. Trens de passageiros trafegaram pelo ramal certamente até os anos 1980, e o ramal hoje (2004) está concessionado a ALL. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. 2018).

Quando, em 1940, a estrada de ferro chegou até a sede (centro) de Santa Rosa, este fato combinado com a construção da nova sede da Prefeitura Municipal pode ser considerado o marco do crescimento da malha urbana de Santa Rosa. Enquanto a Vila Cruzeiro expandia a leste, a Cidade Baixa que ficava a sudoeste expandia em direção à Cidade Alta a nordeste, onde hoje se encontra a maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Posteriormente, serão colocados, no trabalho, mais comentários sobre a Vila Cruzeiro, que passou a ser o maior bairro do município de Santa Rosa.

Inicialmente almejava-se a construção da sede oficial da Colônia Santa Rosa nas proximidades da Cascata Santa Rosa, próximo à estrada que segue para Três de Maio, porém a burocracia com trâmites acabou impedindo a construção da sede oficial então se decidiu em manter a sede da colônia onde tinha se originado espontaneamente conforme relatos de Christensen (2008). Para isto observa-se nos dois mapas na figura 19 e na figura 20 o local aproximado de onde se desejava estabelecer inicialmente a sede do município de Santa Rosa.

Somente observando as sinalizações no mapa antigo talvez não se tenha noção da distância entre um local e outro, porém no mapa da figura 20 pode-se observar a distância de aproximadamente 14,5 km (em linha reta), considerando como ponto de partida a Praça da Independência, local que foi o centro de onde emanou o crescimento das áreas urbanizadas e como ponto de chegada a Cascata Santa Rosa, onde atualmente existe a Usina Hidrelétrica no Rio Santa Rosa.

Figura 19 – Mapa antigo da Colônia Santa Rosa



Fonte: Christensen (2008) com detalhes inseridos pela autora.

Figura 20 – Mapa com a distância da Praça da Independência até a Cascata Santa Rosa onde foi projetada a construção.



Fonte: Google My Maps com detalhes inseridos pela autora.

Refletindo sobre o objetivo inicial de estabelecer a sede do município de Santa Rosa nas proximidades da Cascata Santa Rosa, imagina-se um cenário urbano totalmente diferente do que hoje se apresenta. Talvez se formasse um segundo núcleo colonial, mas sem mais divagações observa-se que a área da Cascata possui uma Unidade Geradora de Energia e está relativamente coberta com vegetação e pouquíssimas habitações, se trata de um espaço de área rural.

As décadas seguintes foram evidenciadas pelo desenvolvimento, sendo o determinante o surgimento de empresas e instituições que fomentam a economia e atraíram população para Santa Rosa.

As novas edificações em alvenaria conforme iam sendo construídas seguiam as determinações projetadas pelo Engenheiro Vicente Cardoso, pois ele “tinha projetado a cidade nova para comportar prédios de dois andares” como descreve Christensen (2008. p. 126). Ainda com relação às construções dos prédios foi decidido que a construção da prefeitura seria na parte nova da cidade, porém inicialmente uma parte da população não acreditava que a cidade cresceria na parte mais elevada, pois a vila 14 de Julho onde era a sede inicialmente ficava na parte baixa, ou seja, nas proximidades do Arroio Pessegueiro e Pessegueirinho. Com relação a essa mudança para as áreas mais elevadas o relato da autora Christensen (2008) há uma descrição esclarecedora sobre a visão dos primeiros colonizadores, ela cita:

Muitos acreditavam que era pura ilusão achar que a cidade ia crescer para aqueles lados, lá no alto. Também estavam certos aqueles homens de visão, os primeiros colonizadores, quando de forma rápida começaram a transferir seus estabelecimentos comerciais da então cidade baixa para o novo lugar. (CHRISTENSEN, 2008, p. 126).

Com isto percebe-se que a cidade começou a se expandir a partir da parte mais elevada, onde é, atualmente, o centro comercial da cidade de Santa Rosa. Outro gatilho para a expansão da área urbana na parte alta foi a construção do novo prédio da Prefeitura Municipal que foi inaugurado em 1946, e justamente no seu entorno novas casas comerciais foram se estabelecendo. Christensen (2008) ainda menciona que a cidade baixa terminava no cemitério (posteriormente foi realocado numa das saídas da cidade) e a área adiante de onde foi construído o prédio da prefeitura era tudo mato.

A construção do prédio da prefeitura em um novo local convulsiona a movimentação de uma parte da população, com condições de adquirir lotes nas proximidades, visto que este fato é um indício da participação do agente social Estado, neste caso da gestão municipal, pois a decisão de construir o prédio no relevo mais elevado foi determinante para a transformação do novo espaço urbano.

Na figura 21, no ano da inauguração do novo prédio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, nota-se a ausência de vegetação no espaço reservado para a nova Praça da Bandeira. O aspecto da paisagem é de devastação apesar de na figura 22 já se observa detalhes paisagísticos significativos e atraentes ao olhar. Tal característica representa a preocupação dos moradores e administradores em construir no centro urbano do município, espaços para serem desfrutados pelas famílias da época.

Nas figuras 22 e 23, em períodos diferentes, é possível observar que no entorno do prédio da prefeitura há edificações de altura inferior (a maioria de dois pavimentos), as quais foram edificadas com o objetivo de estabelecer empreendimentos comerciais, algo que até os dias atuais pode ser visualizado principalmente nas ruas e avenidas da região central da cidade.

Figura 21 – Inauguração do novo Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa no ano de 1946.



Fonte: Livro ACISAP 90 Anos.

Figura 22 – Prédio da Prefeitura Municipal e Praça da Bandeira em 1963.



Fonte: Livro ACISAP 90 Anos.

Pelo olhar da Geografia Urbana é notória a mescla na paisagem, prédios de porte baixo (figura 23) construídos nas primeiras décadas de crescimento do espaço urbano do município sendo incorporada com edificações modernas e de maior verticalização. Observa-se então, o antigo e o contemporâneo (figura 24) inseridos no mesmo espaço, pelas ações de agentes, ora pelo Estado (instância municipal), ora pelo promotor imobiliário que tem objetivos bem definidos de obter lucro e os comerciantes que adquirem lotes na parte alta da cidade.

Figura 23 – Prédios de porte baixo na Av. Rio Branco, próximo ao Prédio da Antiga Prefeitura.



Fonte: Google Street View.

Figura 24 – Prédios antigos e contemporâneos nas proximidades da Praça da Bandeira.



Fonte: Google Street View.

Figura 25 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal de Santa Rosa atualmente e seu entorno.



Fonte: Google Street View, imagens de 2022.

Quando se refere ao antigo prédio da Prefeitura Municipal é devido a mudança, que ocorreu em torno do ano de 2000, para novo endereço, pois a edificação do ano de 1946 ficou interdita por longo período, por aproximadamente 20 anos, até o início das obras de restauração que iniciaram em 2010 para a instalação do novo Centro Cultural Prof. Fioravante Pedrazani, sendo uma das finalidades abrigar uma parte do acervo do Museu Municipal conforme informações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa (2022).

Figura 26 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal – Centro Cultural Prof. Fioravante Pedrazani.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Santa Rosa. Publicação de Julho de 2022.

Outro **agente atuante do Estado** é mencionado por Christensen (2008) quando relata sobre a chegada de soldados do Exército durante a Segunda Guerra Mundial e estes se alojaram temporariamente no Hospital de Caridade até a construção do Quartel. Em 1942 foi criado o 1º Regimento de Cavalaria Transportado (1º RCT) do Exército Brasileiro com a finalidade de defender a “extensa faixa de fronteira às margens do Rio Uruguai que serve de fronteira entre Brasil e Argentina e entre a Argentina e o Uruguai” (MD. 2019), esta instalação foi necessária como explica a citação que se encontra na publicação no site do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro.

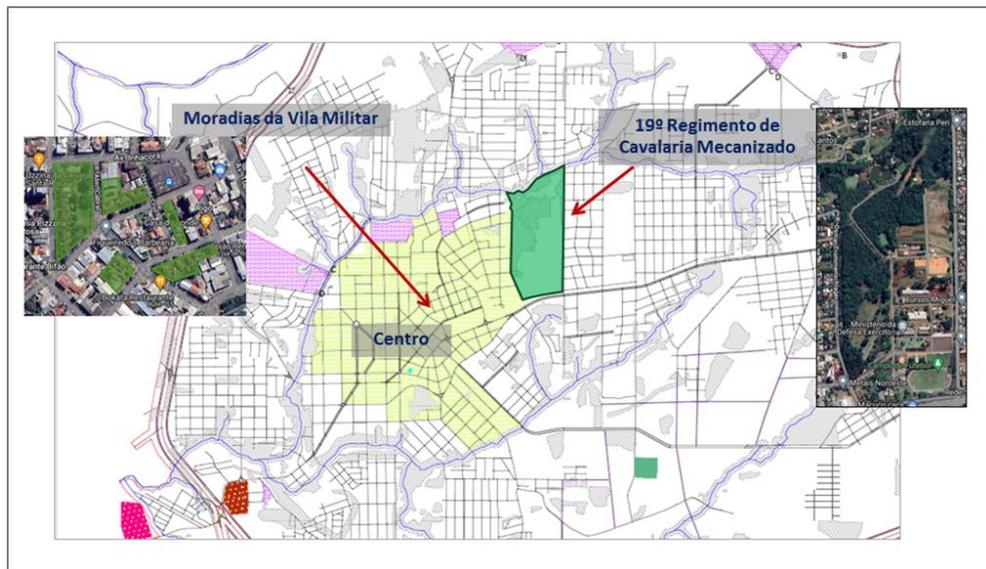
Existia na época pouca população residente na região Noroeste do Rio Grande do Sul e, tendo em vista a segurança desta parte do território nacional, o Ministério da Guerra nomeou o Major Theophilo Ottoni da Fonseca (Autor da Canção da Cavalaria) para assumir o comando do Regimento. Com o passar dos anos, o Regimento foi se atualizando, recebeu novos blindados e transformou-se no 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado (19º RC Mec.). Em 1993, em reconhecimento ao importante papel da Unidade e

demonstrando sinal de fraterna amizade do Exército Argentino, veio a receber a denominação histórica de Regimento San Martín, nome do maior herói daquele País. (MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. 2019).

A construção do Quartel também propiciou a abertura de “outro caminho para a expansão da cidade”, Christensen (2008. p. 131) além do “compromisso de crescer junto a comunidade que o abraçou o Regimento permanece pronto para cumprir seu papel de defesa externa e garantia da lei e da ordem na sua área de responsabilidade, que abrange 49 municípios”, (MD. 2019).

Com propósito comumente diferenciado o agente social Estado se faz presente novamente na ação de produzir espaço urbano, isto pelo fato da área onde é o complexo do 19º Regimento (Quartel da cidade de Santa Rosa) está situado no espaço urbano central da cidade, com isto observa-se a construção de moradias no entorno dessa área reservada do Quartel como mostra a figura 27.

Figura 27 – 19º Regimento – Quartel e Vila Militar em Santa Rosa.



Fonte: Mapa do Plano Diretor com detalhes adicionados pela autora.

A presença do quartel e das moradias até os dias atuais demonstra a forte expressividade que este agente social Estado exerce no município e como ocorreu a sua atuação como agente produtor do espaço urbano.

Nas figuras 28 e 29 visualizam-se os primeiros alojamentos e pavilhões construídos em torno do ano de 1946 no município de Santa Rosa. Anos antes da conclusão dos pavilhões a escolha para a instalação do Regimento era longe do

centro da cidade, pois naquele período as áreas localizadas na Praça da Independência e arredores eram consideradas o centro até o momento da construção do prédio da prefeitura em 1946. Pelas datas (ano de 1946) percebe-se que ambas as edificações foram concluídas no mesmo ano.

Com isto, cabe uma reflexão sobre as ambições daquela época sobre o crescimento urbano, visto que o impulsionador para a expansão/produção da área em torno do novo prédio da prefeitura foi a presença dos estabelecimentos comerciais. A escolha por lotes em terras com relevo mais elevado sugestiona a intenção dos proprietários fundiários em expandir através da compra e venda destas áreas propensas para a produção de espaço urbano.

Figura 28 – Quartel da cidade de Santa Rosa logo que foi construído.



Fonte: Livro de Teresa Christensen (2008)

Figura 29 – 19º Regimento de Santa Rosa com prédios antigos ao fundo.



Fonte: Site Prefeitura Municipal de Santa Rosa. Fotos, Museu e Memórias.

Pelos relatos e análises apresentadas até o momento foi possível identificar a forte presença do agente social Estado na formação do município de Santa Rosa no início do século XX, atuou no incentivo a migração para colonização, instituiu a divisão de lotes, na construção da linha férrea, na edificação do prédio da prefeitura e no estabelecimento do quartel do exército na cidade.

Atualmente, ou melhor, no século XXI, o Estado ainda é muito atuante nos incentivos para o crescimento do município, especialmente para o estabelecimento de novas empresas concedendo, por exemplo, a isenção de impostos por um determinado período de tempo para empresas que desejam se instalar no município.

Através de incentivos de abatimentos de impostos o Estado se une ao agente social proprietários dos meios de produção, auxiliando de forma indireta na produção de novos espaços urbanizados.

No entanto, o papel do Estado no século XXI vai muito além, pois ele pode direcionar investimentos nas melhorias do espaço urbano, pode agir como regulador e fiscalizador na implantação de políticas públicas e promover infraestrutura adequada para atender todos os espaços da cidade com água, luz, esgoto, coleta de lixo (orgânico e os destinados à reciclagem). O Estado pode e deve manter e embelezar os espaços públicos (parques e praças) tanto da área central como de todos os bairros, também atua como legislador para disponibilizar espaços fundiários em urbano facilitando o acesso a moradias, sobre essas questões segue colocações mencionadas por Botelho (2007) onde enfatiza a importância do agente Estado.

Um importante agente de influência no mercado imobiliário urbano é o Estado, pois através de suas ações e regulamentações interfere ativamente no que se refere ao preço da terra e à sua valorização. A localização de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo sob sua responsabilidade, as leis de zoneamento, os planos de “revitalização urbana” de certas áreas da cidade, o fornecimento de financiamento para a compra da moradia, e a produção da moradia pelo poder público são alguns dos exemplos de como o Estado tem um papel ativo para a formação da renda fundiária urbana (...). (BOTELHO, 2007, P. 78).

As múltiplas ações que o Estado já exerceu estão presentes atualmente e outras atuações estão constantemente se manifestando, principalmente quando se observa o surgimento de novos loteamentos no perímetro urbano do município, o que incentiva as ações do agente imobiliário. Espaços que ainda estão com plantio,

ou seja, propriedades fundiárias com o passar do tempo possivelmente serão disponibilizadas e legalizadas pelo Estado para novos projetos de urbanização.

6.2 Os proprietários dos meios de produção: agente expressivo na produção do espaço urbano.

As abordagens sobre o aspecto dos proprietários dos meios de produção será explanada a partir de uma perspectiva setorial, focalizando os principais segmentos econômicos que contribuíram para a expansão urbana do município de Santa Rosa.

Juntamente com a estruturação da colônia, a partir de 1920, as produções eram voltadas para atender as necessidades básicas dos habitantes, ou seja, subsistência. Porém, como a região era de mata, “começaram a surgir pequenas indústrias para o aproveitamento da riqueza florestal”, Christensen (2008. p. 66), essa extração de madeira tinha como finalidade inicial a construção de casas para os novos moradores que iam chegando à colônia. Christensen (2008) menciona que posteriormente, as serrarias que se instalaram na Colônia Santa Rosa, passaram a comercializar a madeira bruta ou beneficiada para outras localidades do Estado e para outros países vizinhos através do Rio Uruguai.

Neste momento, como o surgimento das serrarias, consideradas indústrias, identifica-se a possível presença dos **proprietários dos meios de produção** que atuavam na produção de madeira beneficiada para ser comercializada (figura 30). Os espaços ocupados pelas serrarias eram amplos, o que caracteriza a presença do proprietário dos meios de produção atuando na produção do espaço urbano.

Figura 30 – A exploração madeireira na Colônia Santa Rosa, no início do século XX.



Fonte: Livro ACISAP 90 Anos.

Os relatos desse período transparecem a exploração da riqueza florestal como sendo a base para o avanço gradativo da agricultura na região da Colônia Santa Rosa que em 1931 tornou-se o octogésimo segundo município do Rio Grande do Sul.

Com uma expressividade momentânea das serrarias como um agente proprietário dos meios de produção, surgem posteriormente, na década dos anos 50 novas indústrias que vão se instalando e modificando todo o entorno e produzindo os espaços urbanos, isto é visto até os dias atuais. O contexto do estabelecimento de alguns agentes proprietários de produção mais expressivos mencionados por Christensen (2008) será apresentado como intuito de visualizar os espaços que foram se formando nas suas proximidades. Outros poderiam ser citados neste trabalho, porém se deteve nos agentes proprietários de produção que ainda se fazem presentes no espaço urbano do município de Santa Rosa, especialmente instalados no perímetro urbano, e que exercem forte influência sobre a economia do município.

Antes de expor as ações do agente proprietário de produção, bem como as indústrias mais expressivas, é necessário comentar sobre a contextualização da geografia econômica e sua importância. Com este propósito apropria-se das descrições explanadas por Alves (2016) onde ele apresenta “os elementos e fatores econômicos” como “peças importantes” para a “análise

acerca do espaço geográfico”, ressaltando que essa análise determina “o ritmo do uso do solo, fluxos comerciais ou intensidade da atividade industrial”, portanto, “o desenvolvimento econômico é uma das bases para o entendimento da sociedade e da dinâmica espacial”, Alves (2016. p. 6).

A clareza nas afirmações de Alves (2016) facilita a análise de cada um dos agentes proprietários de produção que serão expostos.

Alves (2016) comenta a teoria de Alfred Weber que se propôs em buscar esclarecimentos das “causas da localização industrial, ressaltando o papel dos custos de transporte de matérias-primas e produtos acabados”, isto “em função da localização dos mercados consumidores e na localização próxima à mão-de-obra das empresas”, Alves (2016. p. 11). Essa teoria sintetiza a busca pela minimização dos custos com transportes.

Já nas colocações sobre a teoria da centralidade de Christaller, Alves (2016) menciona “a organização espacial da população de acordo com a importância e o dinamismo das atividades econômicas, principalmente o comércio e a indústria”, sendo que “a proximidade de centros industriais e comerciais faz com que a distribuição da população se dê em torno desses pólos aglutinadores, ou seja, uma polarização ou redes desses centros urbanos”, ele também comenta que “a questão do espaço urbano é bem definida no modelo teórico de Christaller, na qual é representada na hierarquia urbana (vila, centro, cidade e conurbação).” Alves (2016. p. 13).

Outras teorias são explanadas por Alves, porém as que foram mencionadas cumprem com o propósito para dar seguimento na apresentação na trajetória econômica do município de Santa Rosa.

Para dar seguimento propõe-se um apanhado substancial da trajetória de evolução econômica do município de Santa Rosa desde sua colonização quando obteve destaque na produção de milho, considerado o rei da agricultura colonial. Com a chegada dos imigrantes alemães surge a produção de banha, proveniente dos suínos, em que teve reconhecimento pelo governo criando o Instituto da Banha objetivando “a sua industrialização através da construção de modernos entrepostos frigoríficos”, Christensen (2008. P. 178).

Essa composição milho, criação de suínos e produção de banha foi uma reestruturação da economia nos primeiros anos da emancipação do município, visto que o milho fazia parte da alimentação dos animais e estes por sua vez aumentavam

a produção da banha. Essa cadeia fomentou os interesses econômicos de alguns proprietários da época, o que gerou a construção do frigorífico Frigorosa.

Ao analisar esse arranjo econômico através da geografia percebem-se como as manifestações dos agentes proprietários de produção agem na formação de novos espaços urbanos. O fato de se instalar uma indústria ocasiona uma movimentação no entorno dessa instalação, consideram-se o envolvimento de vários setores, não se resume apenas ao plantio do milho, ao abate e a produção inicial da banha ou de outro insumo. Para a construção do almejado frigorífico, por exemplo, há o envolvimento da administração pública que participa com favorecimentos para a obtenção de uma parcela ampla do espaço urbano aos novos empreendedores, que são os agentes proprietários de produção.

Após a obtenção do espaço pelos agentes proprietários de produção dá-se início às obras, removendo árvores, excetuando terraplanagem e a edificação propriamente, entre outras fases existentes num processo construtivo. Neste processo há a participação dos agentes dos grupos sociais excluídos visto que estes trabalhadores estão em busca de uma renda e posterior espaço para construir suas habitações, portanto os dois agentes atuam simultaneamente, mas em esferas de interesse diferentes.

No entanto, o agente proprietário de produção tem um destaque, pois é reconhecido pela sociedade como um gerador de emprego e renda, já o agente dos grupos sociais excluídos, mesmos sendo em maior número e uma população de baixa renda é excluída do processo de construção do espaço urbano da cidade, como mencionam Silverol, Gois e Dantas (2019), ao mesmo tempo investe energia, tempo e seu parco recurso financeiro no objetivo de adquirir um imóvel, buscando acessar as políticas habitacionais ou de forma autônoma construindo em áreas periféricas.

No caso de Santa Rosa, identifica-se pelos relatos históricos a presença de uma preocupação com relação ao acesso habitacional dos operários que executavam seus labores no então instalado frigorífico Frigorosa. Surgem então as primeiras vilas e conjunto habitacional nas proximidades do frigorífico, portanto a produção de um novo espaço urbano com habitações.

6.2.1 Indústria Frigorífica

No ano de 1957 foi oficializado o início da produção no frigorífico quando começou os primeiros abates de suínos nas novas instalações, sendo que inicialmente o frigorífico era denominado de Frigorosa (figura 31), posteriormente, em 1986 passou a denominar-se de Prenda S.A (figura 32) conduzindo o pequeno frigorífico a transformar-se “numa das maiores empresas e um marco referencial para o desenvolvimento regional”, Christensen (2008. p. 181).

Figura 31 – Instalações do primeiro Frigorífico em Santa Rosa, o Frigorosa.



Fonte: Livro Santa Rosa – Histórias e Memórias de Teresa Christensen (2008).

Figura 32 – Instalações do Frigorífico Prenda, aproximadamente 1986.



Fonte Livro Acisap 90 Anos.

Um dos agentes sociais “**proprietários dos meios de produção**” que atuou na produção do espaço urbano do município de Santa Rosa ocorreu na implantação do primeiro frigorífico, isto numa área de aproximadamente 15 hectares conforme dados disponibilizados pelo setor de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, podendo ser observado na figura 33.

Figura 33 – Lote das Instalações do primeiro Frigorífico (Atualmente ALIBEM).



Fonte: Setor de Geoprocessamento (Município de Santa Rosa).

A partir de 2004 o frigorífico é adquirido pela empresa brasileira do ramo alimentício, a Alibem, o complexo possui 1 frigorífico, 1 fábrica de rações e 4 granjas conforme informações disponíveis na página web da empresa.

Figura 34 – Instalações do Frigorífico (atualmente ALIBEM).



Fonte: Página da Alibem, publicação em 2020.

Para estabelecer a relação entre as abordagens de Corrêa (1989) requer-se explanar a situação na época do estabelecimento da indústria frigorífica no município de Santa Rosa através dos registros de Christensen (2008) onde ela discorre sobre o assunto. Sucintamente declara-se a existência de um grupo de empresários com comércios rentáveis já estabelecidos há algum tempo no município, os quais apresentaram à Associação Comercial a proposta de instalar um matadouro-frigorífico em Santa Rosa. Para a execução de tal projeto fazia-se necessário a participação de vários associados além do poder público conforme menciona Christensen (2008. p. 180).

Para identificar mais claramente o agente social atuante, ou seja, os proprietários dos meios de produção, portanto, apropria-se das discussões apresentadas por Corrêa (1989), onde ele menciona que:

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas. (CORRÊA, 1989, p.13).

Outro requisito desses proprietários dos meios de produção é a localização da terra urbana, necessitam de acesso facilitado (figura 35) às vias bem como da população, pois seria necessário obter mão de obra, ou seja, operários para trabalhar na indústria frigorífica.

Figura 35 – Localização do Frigorífico próximo a via de acesso.



Fonte: Mapa do Plano Diretor de Santa Rosa. Recorte e sinalizações feitas pela autora.

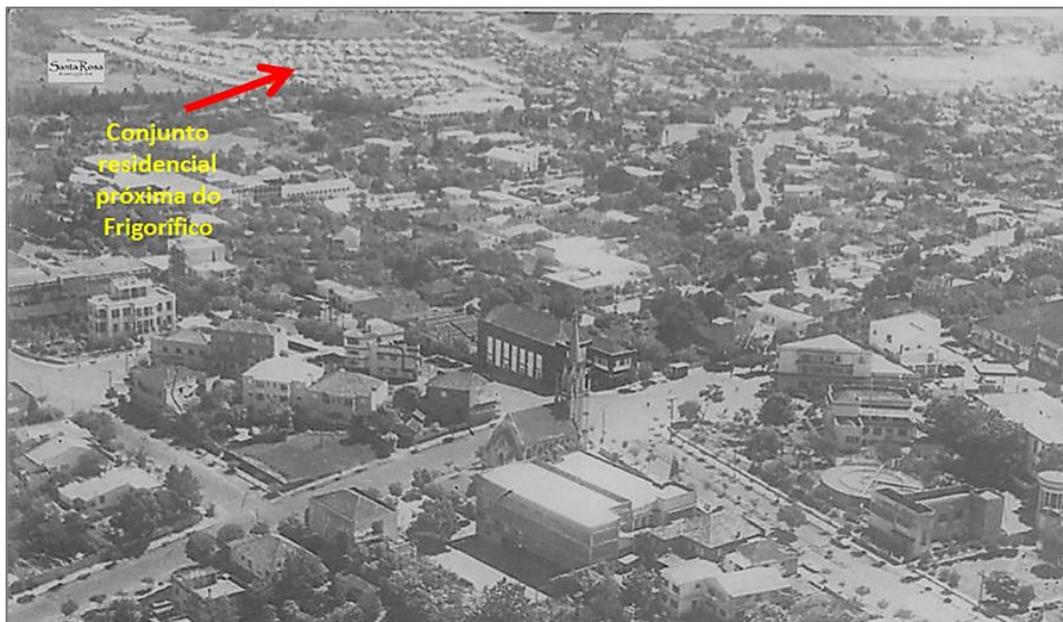
Esta e outras colocações foram apresentadas nas várias reuniões e debates até a aprovação da Câmara Municipal de acordo com a citação de Christensen (2008) em que a administração do município “lhes concedeu uma isenção de tributos pelo prazo de 10 anos” e uma ajuda em dinheiro “para aquisição de um terreno destinado à construção do Frigorífico e à edificação de uma vila residencial para os operários” Christensen (2008. p. 180).

Na figura 36 é possível visualizar a vila residencial construída muito próximo do frigorífico que fica na parte superior da figura, porém não é visível pelo ângulo da fotografia. Atualmente a Vila é denominada de Jardim Petrópolis e pelo estilo das casas percebe-se que se trata de um conjunto habitacional.

Já na figura 37 mostra o respectivo espaço da Vila Jardim Petrópolis como era no início da sua construção e atualmente, mesmo sendo de uma perspectiva diferente é possível perceber uma aglomeração mais acentuada de moradias.

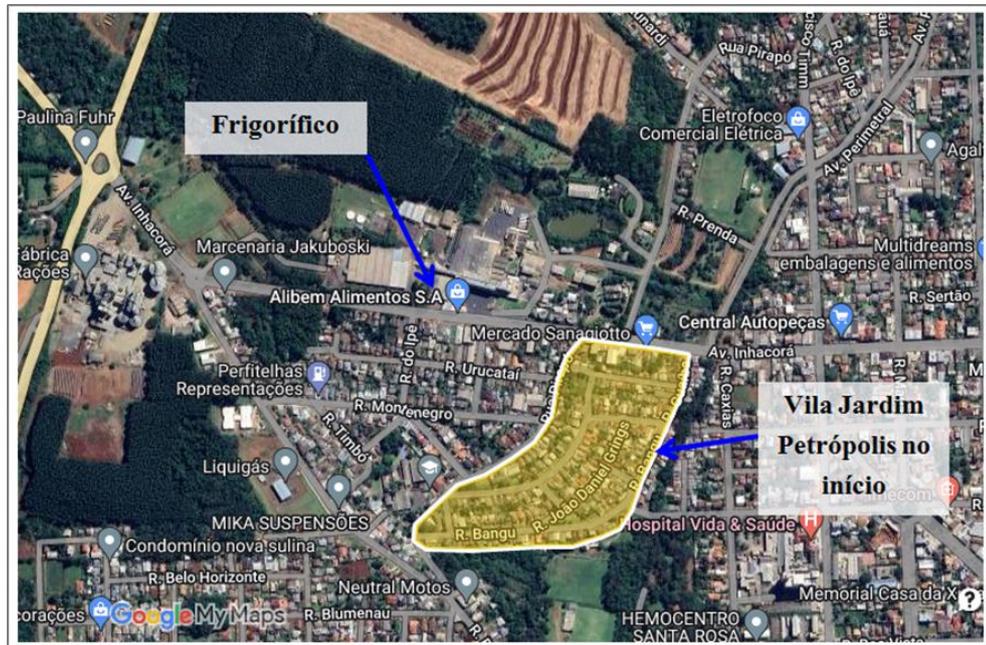
Apesar da condição em fornecer um local de moradia para operários, o que prevalece é o interesse real do agente social “proprietários dos meios de produção” com relação ao poder capitalista “através da posse e do controle de uso da terra urbana” conforme Corrêa (1989, p.12).

Figura 36 – Vila Jardim Petrópolis próxima do frigorífico.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal de Santa Rosa.

Figura 37 – Localização da Vila Jardim, próxima ao Frigorífico no município de Santa Rosa.



Fonte: Google My Maps com recorte e detalhes adicionados pela autora.

De acordo com relatos de Christensen (2008) a cidade de Santa Rosa, no final da década dos anos 60 e já no início dos anos 70, a paisagem urbana passou por acentuadas transformações especialmente na gestão do espaço urbano. Tal período também sinalizou crescimento expressivo da população, pois “a população da cidade quase dobrou em apenas 10 anos” sendo que “as migrações do campo e das pequenas cidades foram as principais responsáveis pelo crescimento populacional”, CHRISTENSEN (2008. P. 290).

Outro aspecto marcante do período das décadas dos anos 60 e 70 foram a expansão da cidade para as áreas periféricas.

A cidade expandia-se criando grandes áreas periféricas destituídas de infraestrutura básica e quase sem comunicação entre as vilas e o centro da cidade. A administração pública, alinhada com a ideologia modernizadora e conservadora do regime militar, tentou controlar esse crescimento através do Plano Diretor de 1967, (CHRISTENSEN, 2008.p. 290).

Conforme informações disponibilizadas pela ACISAP de Santa Rosa, nos anos de 1960 a economia do município foi de profuso crescimento.

A economia do município de Santa Rosa teve grande crescimento nos anos 1960. Essa fase corresponde ao

chamado Ciclo da Soja e trouxe o desenvolvimento comercial, industrial e cultural para o município de Santa Rosa. A mecanização da lavoura, voltada para o cultivo da soja, proporcionou o crescimento do comércio de implementos agrícolas, onde as colheitadeiras e os tratores ocuparam um lugar de destaque. A essa nova fase de expansão somou-se a comercialização de adubos e corretivos para o solo. (CHRISTENSEN, ACISAP 90 Anos, 2022. p. 184).

Posteriormente, na década dos anos de 1970, o comércio e a indústria mantiveram um crescimento considerável para o município de Santa Rosa envolvendo-se ativamente nos avanços e novidades ocorridas na economia, com isso, Santa Rosa obtém o status de “Polo Regional”, Christensen (2022).

6.2.2 Indústria de Laticínios

Outra participação significativa na economia do município é a instalação da fábrica de laticínios, inicialmente em 1949, com a denominação de Laticínios Mayer (figura 38), em 1981 a Cooperativa Central Gaúcha de Leite adquire as ações e passa a ser CCGL.

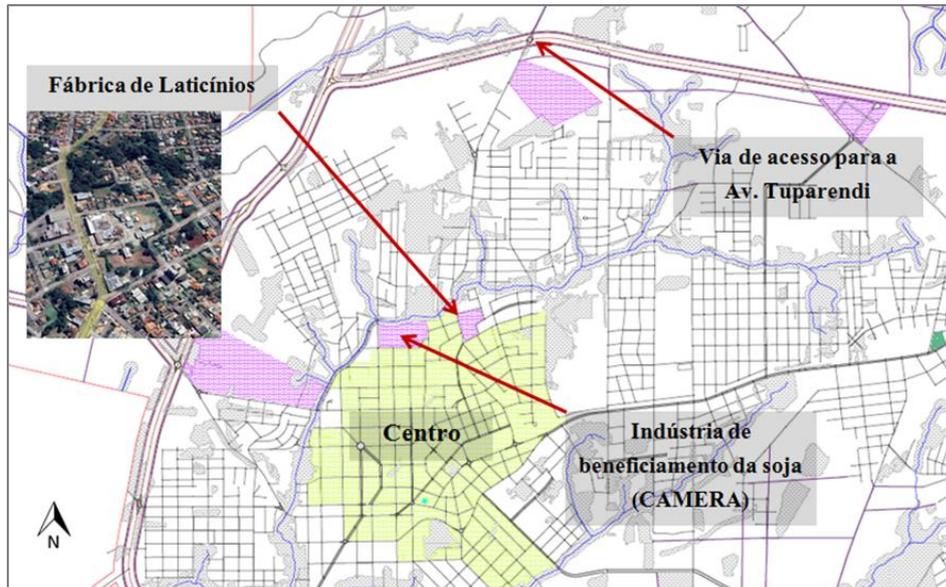
A instalação dessa indústria do leite se estabeleceu no Estradão de Tuparendi, como era chamada a atual Avenida Tuparendi, este local como pode ser observado na figura 39, localiza-se na borda norte da área central, sendo que nesta localização há a possibilidade de acessar uma das saídas da área urbana do município, bem como facilitar o acesso da produção do leite advinda da zona rural. Atualmente as instalações são de propriedade do grupo Lactalis de origem francesa e está no Brasil adquirindo novos laticínios desde o ano de 2013.

Figura 38 – Fábrica de Laticínios Mayer em 1970



Fonte Livro Acisap 90 Anos.

Figura 39 – Localização da Fábrica de Laticínios na borda norte da área central.



Fonte: Mapa do Plano Diretor de Santa Rosa. Recorte e sinalizações feitas pela autora.

Apesar de não se apresentar um registro fotográfico mais antigo do entorno da fábrica de laticínios, pode-se fazer algumas observações com uma das imagens, primeiramente sobre a via de acesso, no caso a Av. Tuparendi, pois nota-se que na figura 38 a avenida não está pavimentada, o que denota a expansão gradativa do espaço. Já na figura 40, que é recente, nota-se a avenida totalmente pavimentada e na figura 41 observa-se que no entorno da fábrica está praticamente totalmente composta por habitações, sendo que nas proximidades ainda há uma escola de ensino básico, salvo pelas áreas de Apps.

Figura 40 – Fábrica de Laticínios atualmente Lactalis.



Fonte: Google Maps, Street View.

geográfica que se deseja desenvolver para analisar o estabelecimento de duas indústrias de grande expressão econômica para o município e região.

Primeiramente relata-se que o cultivo de soja teve seu primeiro auge no município de Santa Rosa no ano de 1940, mas sua utilidade era forrageira sendo utilizado na alimentação de animais, no caso de Santa Rosa o incentivo inicial para o cultivo foi com a finalidade de engorda dos suínos, porém a expansão do cultivo aconteceu a partir da década dos anos 50. A partir da década dos anos 60 “a soja estabeleceu-se como cultura economicamente importante para o Brasil”, sendo que na década seguinte essa leguminosa “se consolidou como principal cultura do agronegócio brasileiro”, Christensen (2008, p. 201).

Entretanto, com o surgimento das culturas de soja, a comercialização de banha teve queda nos rendimentos o que gerou a busca por novas alternativas de produção para o frigorífico já instalado no município de Santa Rosa. Essa mudança de rumo foi necessária devido à substituição da banha, proveniente dos porcos, pelo óleo vegetal que passou a ser extraído da soja.

Nos relatos de Christensen (2008) é visto o impacto gerado por essa nova cultura e como Santa Rosa obteve o título “Berço Nacional da Soja”.

Em 1970, a soja atingiu uma das maiores produções e provocou a quase total substituição agrícola dos cultivos tradicionais. A cultura desenvolveu-se plenamente apesar de, na época, o município não estar ainda estruturado adequadamente dentro das exigências dos mercados nacionais e internacionais. A partir de então, o binômio trigo-soja estava implantado e Santa Rosa passou a ser considerado um dos grandes centros produtores de soja do país. (CHRISTENSEN, 2008, p. 202).

Analisando o sucesso da nova etapa nas produções agrícolas do município observa-se que se efetuam resultados econômicos, beneficiando os produtores que adotaram a nova cultura do plantio de soja. A prosperidade se faz presente na vida de muitos agricultores o que acaba refletindo no poder de consumo de bens, sendo então o comércio local outro beneficiado com progresso. Com maior poder de compra há estímulo para o estabelecimento de novos pontos comerciais. Com essa ampla rede de prosperidade surge então a necessidade de ampliar os lucros advindos da cultura da soja.

Para aproveitar e acelerar o crescimento proveniente da cultura de soja se estabelece em 1955 no município de Santa Rosa a Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais – IGOL (figura 42), posteriormente, em 1971 passou a denominação para o

Grupo Olvebra (figura 43), porém, no ano de 1993 essa unidade do Grupo Olvebra foi desativada. Após as instalações serem vendidas para o Grupo Camera S.A.(figura 44) os novos proprietários investiram “na remodelagem das instalações e reativou a fábrica de óleos vegetais em Santa Rosa, a partir de 1998”, Christensen (2008. p. 206).

Figura 42 – Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais – IGOL



Fonte: Livro Santa Rosa – Histórias e Memórias de Teresa Christensen (2008).

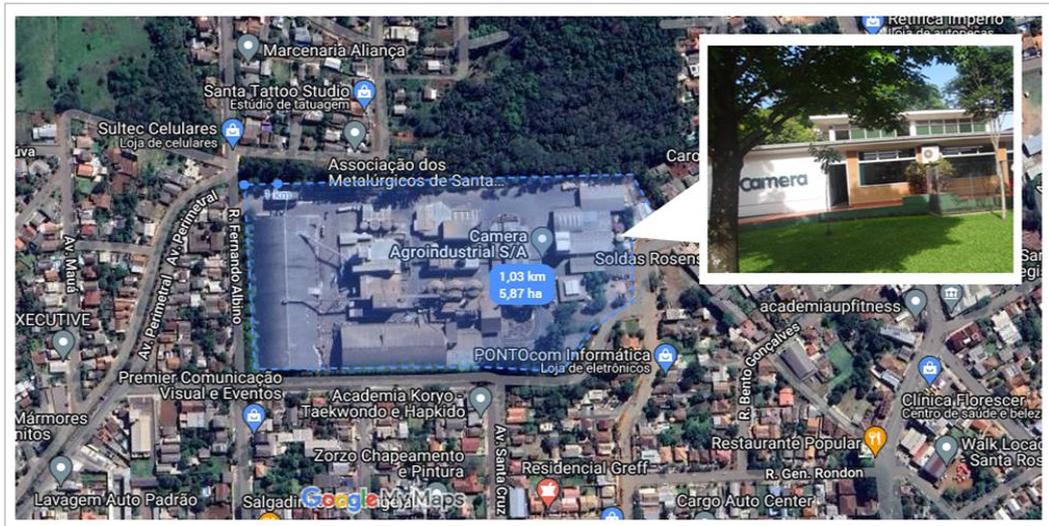
Figura 43 – Indústria do Grupo Olvebra.



Fonte Livro Acisap 90 Anos.

Pelas imagens das figuras 42 e 43 pouco se consegue observar do seu entorno, porém, muito provavelmente um dos motivos da instalação se deu devido à facilidade de acesso a Av. Tuparendi, que é o mesmo caso da fábrica de laticínios.

Figura 44 – Grupo Camera S.A.



Fonte: Google My Maps com recorte e detalhes adicionados pela autora.

No entanto, ao analisar a figura 44 fica evidente que há uma concentração de habitações no seu entorno e justamente por estar na borda da área central da cidade, o que impede a indústria de beneficiamento da soja de ampliar suas instalações caso haja necessidade.

6.2.4 Indústria de implementos agrícolas

Com o progresso advindo do cultivo da soja surge a oportunidade de introduzir novos métodos, mais sofisticados para realizar a colheita da soja, surge, portanto, a uma fábrica de trilhadeiras em 1955 com a denominação de Indústria de Máquinas Agrícolas IDEAL S.A. Porém, somente em 1965 deu-se início a fabricação das primeiras colheitadeiras, considerado um maquinário de suma importância para os agricultores, pois tal máquina agiliza a colheita entre outras vantagens.

O empresário que na época idealizou a construção da indústria aproveitou a oportunidade e proporcionou, através desse projeto empreendedor, a produzir “milhares de empregos, ajudou muito no desenvolvimento de Santa Rosa”, Christensen (2008, p. 243).

No ano de 1978 a IDEAL S.A. foi adquirida pelo Grupo Iochpe, que posteriormente repassou-a para a AGCO do Brasil. Essa indústria do setor metalúrgico possui até os dias atuais uma formação de área ampla, de aproximadamente 28,5 hectares, no perímetro urbano do município de Santa Rosa, às margens da RS-344.

Na figura 45, vista aérea da fábrica na década dos anos 90, pode-se observar a presença de árvores e campo ao fundo, já na figura 46, vista aérea obtida no Google Earth de um ângulo semelhante, é nítida a formação do espaço tanto pela ampliação da fábrica e de outras edificações.

Figura 45 – Primeira Indústria de Fabricação de Colheitadeiras em Santa Rosa.



Fonte: Do livro SANTA ROSA – Histórias e Memórias. (Prof.^a Teresa Christensen).

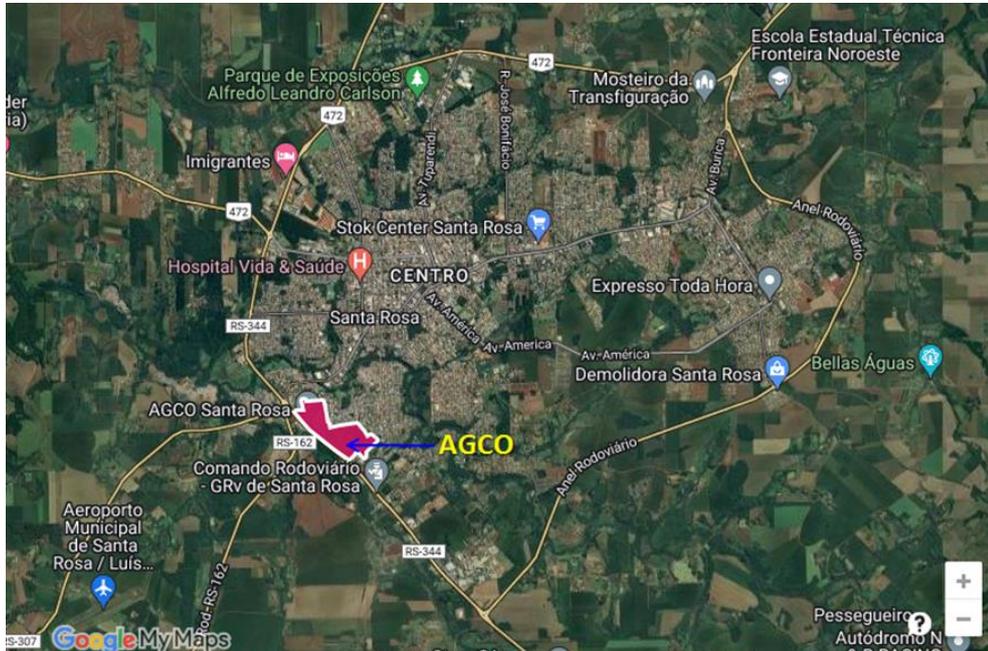
Figura 46 – Fabricação de Colheitadeiras (AGCO) atualmente em Santa Rosa.



Fonte: Google Earth

Nas figuras 47 e 48 é possível visualizar o espaço urbano que a indústria de fabricação de colheitadeiras ocupa atualmente no município de Santa Rosa.

Figura 47 – Localização da Indústria AGCO no município de Santa Rosa.



Fonte: Google My Maps com detalhes adicionados pela autora.

Figura 48 – Indústria AGCO no município de Santa Rosa.



Fonte: Google My Maps com detalhes adicionados pela autora.

6.3 O proprietário fundiário: agente determinante na produção do espaço urbano.

O progresso e desenvolvimento do município de Santa Rosa, especialmente na área urbana, tiveram como impulsionador a chegada da ferrovia que contribuiu para a valorização das terras na zona urbana. Pode ser percebido através dos relatos de Christensen (2008) que as transações de compra e venda de terras estavam pungentes nas décadas de 30 e 40, ou seja, os proprietários fundiários estavam em ação, como já visto estes proprietários são considerados agentes sociais de produção do espaço urbano. No entanto, o Estado ainda possuidor de áreas não desmatadas e íngremes realizava a venda para minifundiários com valor mais barato. Os demais proprietários fundiários começaram a comercializar suas terras compartimentando em lotes e vendendo por valores cada vez maiores, isto num curto período de tempo.

Sobre as propriedades da mesma época mencionadas anteriormente, por volta de 1934, é proposto apresentar um personagem que foi um dos pioneiros de nobre reconhecimento na história de Santa Rosa, o Coronel Bráulio Oliveira, ele “tornou-se um poderoso político republicano santo-angelense durante as três primeiras décadas do século XX” como descreve Christensen (2008. p. 40).

O Coronel Bráulio Oliveira fundou a Vila Cruzeiro (atualmente Bairro Cruzeiro), “cujas terras eram de sua propriedade e estavam localizadas no município de Santa Rosa, recentemente emancipado de Santo Ângelo”, Christensen (2008. p. 41). Ele possuía uma grande extensão de terras na localidade onde explorava os recursos naturais, especialmente a extração da madeira que era beneficiada na serraria a vapor, além da exploração e comercialização da madeira ele também atuava em outras atividades comuns da época. Essa região de terras pertencentes ao Coronel Bráulio Oliveira atraiu pessoas, possivelmente trabalhadores, que se instalaram na área. Devido aos novos habitantes que se estabeleceram na localidade ela rapidamente desenvolveu-se, lembrando que a primeira estação (ano de 1937) da linha férrea que chegou até Santa Rosa foi instalada na localidade da Vila Cruzeiro.

De primeiro momento verifica-se que o estabelecimento do Coronel Bráulio Oliveira, possuidor das terras já mencionadas, se caracteriza como um proprietário fundiário, pois, como já mencionado, estes proprietários fundiários “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que

estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial” Corrêa (1989, p.16).

No entanto, este mesmo agente proprietário fundiário passará a atuar posteriormente como o agente promotor imobiliário, ou seja, um mesmo personagem age de duas maneiras em tempo quase que simultâneo o que ficará mais claro de compreender nas colocações do agente promotor imobiliário.

Quando, em 1940, a estrada de ferro chegou até a sede (centro) de Santa Rosa, este fato combinado com a construção da nova sede da Prefeitura Municipal pode ser considerado o marco do crescimento da malha urbana de Santa Rosa. Enquanto a Vila Cruzeiro expandia a leste, a Cidade Baixa que ficava a sudoeste expandia em direção à Cidade Alta a nordeste, onde hoje se encontra a maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços.

As décadas seguintes foram evidenciadas pelo desenvolvimento, o que teve como determinante o surgimento de empresas e instituições que fomentam a economia e que atraíram população para Santa Rosa.

Com o aumento da população surge a necessidade de habitações o que acaba impulsionando a participação dos agentes promotores imobiliários que serão explanados na sequência.

6.4 Os promotores imobiliários: agente participativo na produção do espaço urbano.

Sobre as propriedades da mesma época mencionadas anteriormente, por volta de 1934, é proposto apresentar novamente um dos pioneiros de nobre reconhecimento na história de Santa Rosa, o Coronel Bráulio Oliveira, ele “tornou-se um poderoso político republicano santo-angelense durante as três primeiras décadas do século XX” como descreve Christensen (2008. p. 40).

Pelo fato do Coronel Bráulio Oliveira ter fundado a Vila Cruzeiro ou Esquina Cruzeiro e possuir grandes extensões de terras, atuando em várias atividades comuns da época, acabou promovendo a vinda de pessoas especialmente devido a primeira estação férrea ter sido instalada na localidade da Vila Cruzeiro.

Como já visto no tópico anterior, o Coronel Bráulio Oliveira teve sua atuação inicial como proprietário fundiário, porém verificar-se-á que ele, ou sua posteridade, passa a atuar como um promotor imobiliário conforme o que será discutido.

Em relato publicado no Jornal Noroeste na coluna Memórias (2003), o jornalista Clóvis J. Soares (material disponível no Museu Municipal de Santa Rosa) resgatou informações de suma importância sobre a formação do atual Bairro Cruzeiro. O relato menciona a decisão do Coronel Bráulio de Oliveira em lotear em terrenos e chácaras, sendo considerado um empreendimento denominado “Missões”. A instalação da serraria era com a finalidade de fornecer madeiras prontas para a construção de casas as quais seriam vendidas a preços reduzidos e com relativa facilidade para que os pagamentos fossem realizados.

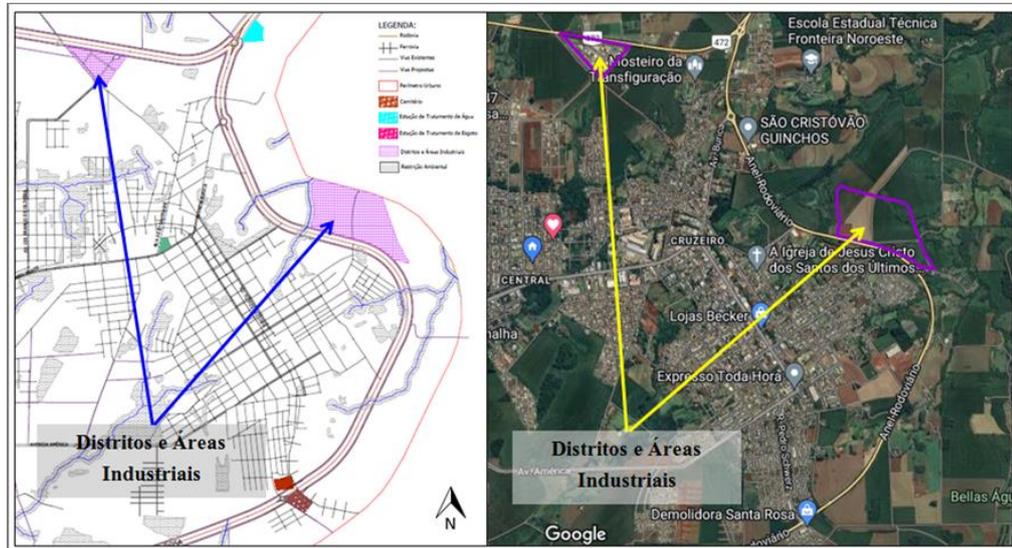
A descrição histórica relatada pode ser interpretada como um fato determinante na produção do espaço urbano da área que hoje é o maior bairro da Cidade de Santa Rosa. Pode-se entender de primeiro momento que o início da vila Cruzeiro teve a ação impulsionadora de um agente social que pode ser enquadrado como o de proprietário fundiário, porém se analisado de acordo com as descrições de Corrêa (1989) os proprietários fundiários desejam obter vantagens econômicas sobre a terra que lhe pertence, pois tais “proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível” Corrêa (1989, p.16). Ao contrário disso a publicação no jornal informa que os preços de venda dos lotes seriam reduzidos e que o loteamento era um empreendimento podendo então ser caracterizado como um investimento imobiliário, ou seja, o agente promotor imobiliário atuando na produção do espaço urbano, ressaltando que os promotores imobiliários “são agentes responsáveis pela produção, financiamento e comercialização de imóveis, objetivando a obtenção de lucro” Silverol, Gois e Dantas (2019, P. 39).

Visto que a Vila Cruzeiro desenvolveu um comércio local forte com comerciantes vindos de Giruá pela nova linha férrea, a expansão dessa zona urbana do município de Santa Rosa aconteceu rapidamente. Atualmente o bairro Cruzeiro ainda mantém um comércio expressivo principalmente na Av. Flores da Cunha, porém, não há presença expressiva de fábricas ou indústrias.

Na figura 49 estão sinalizadas duas áreas industriais, uma delas, a menor em extensão, já com empresas estabelecidas, porém a com perímetro maior, apesar de ser uma área destinada à indústria, ainda não possui nenhum tipo de instalação até o momento. Dito isto, verifica-se a pouca ou quase nula existência de empresas de grande porte no Bairro, pois se observar com mais atenção o mapa de localização e

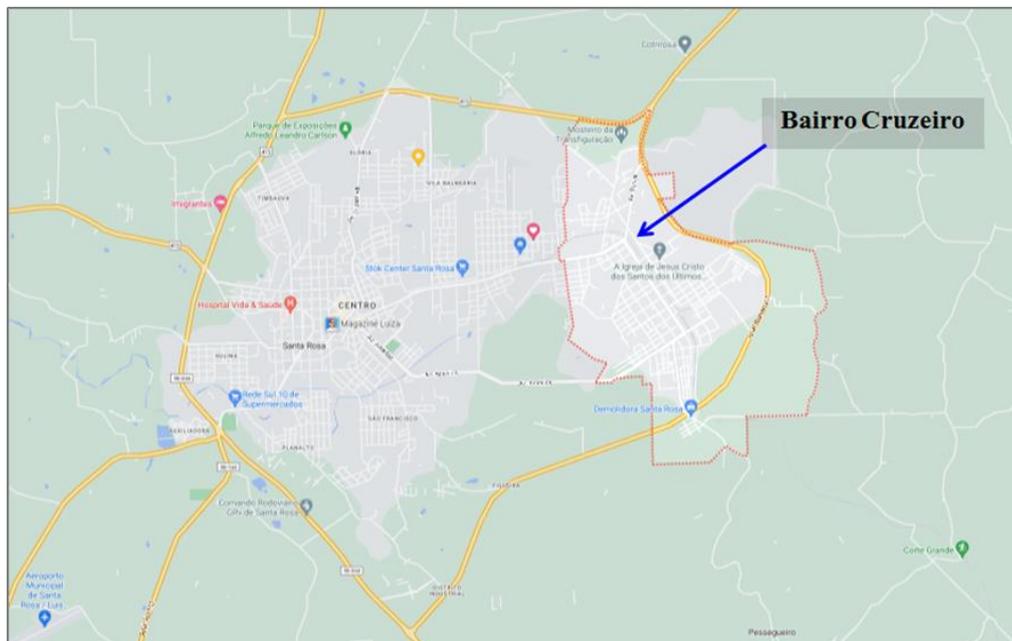
os limites do bairro (figura 50) percebe-se que as áreas sinalizadas não estão dentro dos limites demarcados do Bairro Cruzeiro.

Figura 49 – Bairro Cruzeiro e Distritos e Áreas industriais.



Fonte: Mapa do Plano Diretor de Santa Rosa e Imagem do Google Maps com recortes e sinalizações feitas pela autora.

Figura 50 – Localização do Bairro Cruzeiro.



Fonte: Google Maps com detalhes adicionados pela autora.

Por meio das descrições e representações identifica-se que apesar deste bairro ter recebido o primeiro Ramal ferroviário, atualmente desativado, e ter sido

impulsionada, nos seus primórdios, pelo agente proprietário fundiário seguido do agente promotor imobiliário, não teve a participação expressiva dos agentes proprietários de produção.

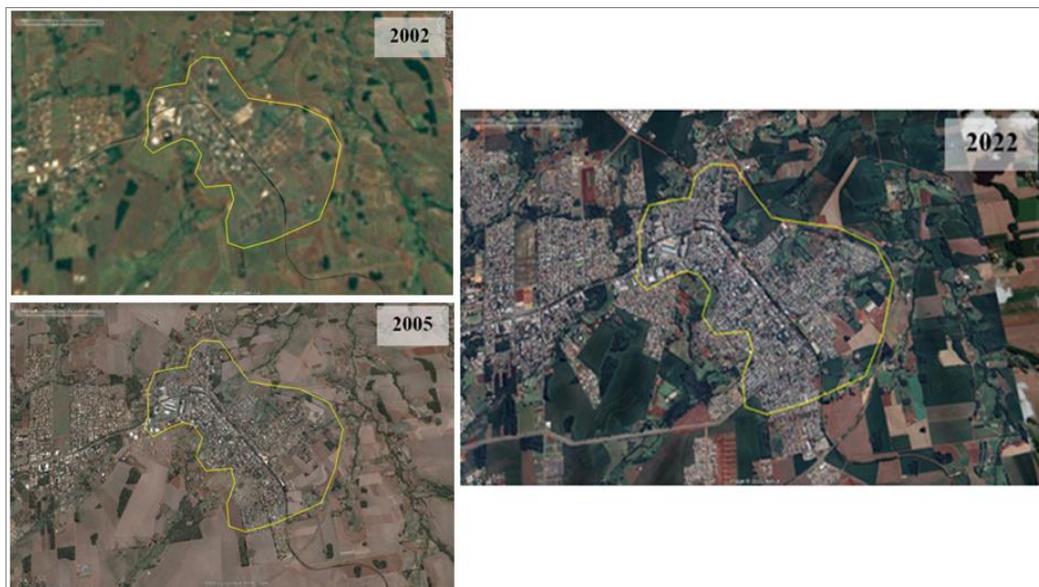
Além do comércio da Av. Flores da Cunha, o bairro conta também com a presença de agências bancárias, lotérica, praça, ginásio de esporte, escolas, a empresa de transporte urbano (empresa Toda Hora) e de outras empresas de menor expressividade.

A composição geral do bairro possui características em sua maior proporção de residências, algo interessante de se perceber, pois os primeiros habitantes deste espaço urbano, ali se estabeleceram com o intuito de obter um lote e de conseguir trabalho.

Para melhor visualizar a expansão do Bairro Cruzeiro, diferentemente do que já se apresentou com os recortes de imagens antigas comparando com o que se visualiza no presente, se faz um recorte de imagens de satélite não tão antigas, do espaço urbano do Bairro Cruzeiro, para poder comparar alguns aspectos da expansão deste bairro.

Serão dispostas três imagens (figura 51), sendo que a primeira, do ano de 2002, infelizmente a resolução da imagem do satélite não é boa, porém ainda é possível comparar e identificar as diferenças com a segunda e terceira imagem dos anos de 2005 e 2022.

Figura 51 – Expansão do Bairro Cruzeiro em duas décadas.



Fonte: Google Earth com detalhes adicionados pela autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa havia o interesse em verificar a produção e as transformações que moldaram o espaço urbano do município de Santa Rosa. Para isto era necessário buscar compreender de que maneira e quais fatores impulsionaram e contribuíram para a expansão das áreas urbanizadas no município de Santa Rosa.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral investigar os principais agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano que ocorreu nos primórdios da formação do município na área delimitada como perímetro urbano da cidade de Santa Rosa. Em consequência constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que agentes sociais foram os protagonistas na produção e expansão urbana do município de Santa Rosa.

O objetivo específico inicial era apresentar descrições conceituais com relação a produção do espaço urbano e de como os espaços são transformados através de agentes sociais. Foi então obtida a compreensão dos conceitos necessários para prosseguir com as análises.

No segundo objetivo específico, abordou-se a descrição da formação do território na região noroeste, especificamente na região onde se estabeleceu o município de Santa Rosa, pois os relatos históricos do início do povoado se fizeram de suma importância para dar segmento na pesquisa e ter como ponto de partida, já que o período pesquisado correspondeu pós-emancipação do município. Portanto, com isto, apropriou-se de informações fundamentais para o trabalho.

Já no terceiro objetivo específico apresentaram-se e analisaram-se os agentes sociais como sendo os motivadores da produção do espaço urbano, juntamente realizou-se a análise das descrições e imagens históricas. Conforme as descrições e exposição de imagens foram sendo interpretadas identificavam-se simultaneamente os agentes sociais.

A pesquisa partiu da hipótese de que a produção dos espaços urbanos tenha ocorrido devido à ampliação da economia, através do estabelecimento de novas indústrias e comércios. Como resultado, durante o trabalho, descobriu-se que dois agentes predominantes, o Estado e os agentes proprietários de produção, foram

determinantes na produção do espaço urbano do município de Santa Rosa, visto que eles refletiram maior impacto na economia do município de Santa Rosa.

Com isto, diante do problema da pesquisa deste trabalho, descobriram-se os fatores que impulsionaram e contribuíram para a expansão das áreas urbanizadas, ou seja, a presença atuante de agentes produtores do espaço urbano.

Para atingir o objetivo bem como obter o resultado mediante o problema foi utilizada a metodologia da geografia histórica, com base na periodização e comparação com foco na geografia econômica, pois através dessa perspectiva tornou-se perceptível a presença dos principais agentes econômicos que atuaram na produção do espaço do município de Santa Rosa.

No entanto, diante da metodologia proposta percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla, pois houve limitações e dificuldades em obter imagens históricas e informações mais específicas, porém há o sentimento de ter adquirido uma parcela de conhecimento sobre o 'nascimento' e constante crescimento deste município.

Diante disso, colocam-se sugestões para futuras pesquisas sobre o tema aqui abordado. Recomenda-se investigar em que momento e maneira o agente dos grupos sociais excluídos tiveram participação atuante na produção dos espaços urbanos, pois não houve um aprofundamento nestes grupos, isto devido ao foco nas questões econômicas que conduziu a pesquisa deste trabalho.

Além dos agentes dos grupos sociais excluídos, muitas outras instituições, empresas, indústrias e comércios podem ser pesquisados com o intuito de se identificar as suas ações no passado e as marcas e transformações que estão deixando no presente e com isto poder projetar um futuro melhor.

8 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)**. Rio de Janeiro. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. 2010, 1 v., 420 p.

ALVES, Flamarion Dutra. **QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ENTRE GEOGRAFIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 37, p. 5–21, 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3355>> Acesso em: 17 dez. 2022.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: A Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=aSFBlv9b_IUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo. FFLCH, 2007, 123p. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf> Acesso em: 29 de outubro de 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo, Editora Contexto, 1992. (Coleção repensando a geografia).

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Sousa. **Santa Rosa Histórias e Memórias**. Editora Palloti, Porto Alegre, RS. 2008. 377 p.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Sousa. **ACISAP 90 Anos**. Revisão e edição: Maria Celeste Fernandez Corrêa. Santa Rosa, RS. 2022. 433 p. Disponível em: <<https://90anos.acisap.org.br/livro>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Histórico da Linha Santo Ângelo**. Atualização da publicação 18 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/stoangelo-nova.htm>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@Cidades. História & Fotos.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/historico>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **19º Regimento De Cavalaria Mecanizado, “Regimento San Martín”. 77 Anos Fazendo História Em Santa Rosa.** Publicado em: 05 de setembro de 2019. Disponível em:

<http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=10421719&_101_type=content&_101_groupId=8357041&_101_urlTitle=19-rc-mec-completou-77-anos&inheritRedirect=true> Acesso em: 27 de novembro de 2022.

MANTELLI, Jussara. **O Processo de Formação no Noroeste do Rio Grande do Sul e a Evolução Agrária.** Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 269-278, mai./ago. 2006. Disponível em:

<<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1365/2056>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA. **Centro Cultural Prof. Fioravante Pedrazani** – Notícias – 17 de Julho de 2022. Disponível em:

<https://www.santarosa.rs.gov.br/noticias_ver.php?id=7947> Acesso em: 09 de novembro de 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006.

SILVEROL, Aline C.; GOIS, Gabriela R.; DANTAS, Jhonatan dos S.; et ai. **Geografia Urbana.** Porto Alegre: SAGAH, 2019; Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556900964. Disponível em:

<<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900964/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

STROHAECKER. Tânia Marques - **A Urbanização no Rio Grande do Sul. P. 187-209.** Livro: Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. /

organizado por Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertegaray. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218530/000869820.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 nov. 2022.